



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

LUCAS ANDRÉ DALBERT

**A INFLUÊNCIA DA RAÇA NAS RELAÇÕES DE PODER:
UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**

Araraquara

2015

Lucas André Dalbert

**A INFLUÊNCIA DA RAÇA NAS RELAÇÕES DE PODER:
UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**

Monografia apresentada como exigência para obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa
Miceli Kerbauy

Araraquara

2015

Lucas André Dalbert

**A INFLUÊNCIA DA RAÇA NAS RELAÇÕES DE PODER:
UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**

Monografia apresentada como exigência para obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa
Miceli Kerbauy

Araraquara, _____ de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Para
Celina, Conceição e Toninho.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy, pelo empenho, dedicação e paciência no decorrer da pesquisa. Agradeço imensamente todo o comprometimento e rigor técnico e profissional com os conselhos e indicações. Tornou-se uma grande referência na área acadêmica e um exemplo de profissionalismo.

Ao Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca, pela amizade em espaços de sociabilidade e por toda a atenção disponibilizada em momentos de dificuldade. Um professor que é companheiro e sabe das adversidades que seus alunos enfrentam durante a Graduação.

À Selma de Fátima Chicareli, responsável do Escritório de Pesquisa pela atenção em todos os momentos e pela eficiência na parte administrativa, sempre com um sorriso para receber os alunos e sanar as dúvidas.

Aos professores e funcionários da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP Araraquara, que em algum momento trabalharam conosco nos anos de Graduação. Sou grato pelos ensinamentos, informações e outros tipos e serviços prestados.

Aos alunos do curso de Ciências Sociais pelos trabalhos em grupo e discussões sobre atividades acadêmicas e pesquisas.

Aos meus amigos e familiares, grandes referências na minha formação enquanto pessoa. Agradeço imensamente todos os momentos proporcionados, de muita interação e de fortes vínculos e laços afetivos.

Ao meu pai Antônio e a minha mãe Conceição por todas as conquistas que estivemos lado a lado. É uma satisfação poder falar ao mundo que tenho pais como vocês, verdadeiros exemplos de vida e de companheirismo.

O trabalho aqui apresentado é resultado de muitas experiências pessoais e lições passadas. Agradeço a todos que de alguma forma puderam participar.

“Sessenta por cento dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial.
A cada quatro pessoas mortas pela policia, três são negras.
Nas universidades brasileiras apenas dois por cento dos alunos são negros.
A cada quatro horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo.
Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.”

(Racionais Mc's; Capítulo 4, Versículo 3; 1997)

RESUMO

Ao problematizar a formação do povo brasileiro e sua diversidade étnica, a questão racial apresenta-se marcada pelo racismo enquanto tendência de pensamento que credita raças humanas diferentes. A miscigenação advinda do cruzamento dessas raças ocorreu de forma acentuada no Brasil e carregou consigo um preconceito racial fundamentado em teses europeias sobre o branqueamento da população. Desde a vinda do negro ao país, ainda na condição de escravo, sua imagem é presa ao estigma de inferioridade em relação aos brancos, dificultando seu espaço na arena política e sua inserção na elite dominante brasileira.

Trazemos a discussão sobre poder local, coronelismo e clientelismo tentando alegar que por conta de práticas de alocação de poder e recursos por parte das elites dominantes, as camadas populares foram afastadas dos meios de participação no cenário político, o que é muito pior para a população de raça negra por causa dos preconceitos de cunho racial.

Partindo de tais pressupostos, fazemos a discussão sobre a inserção dos negros no cenário político, tomando o município de Araraquara-SP como foco, buscando assim, analisar as condições que limitam a atuação dos negros em altos cargos da administração pública e trabalhar a problemática entre representação, inclusão social e participação política.

Palavras-Chave: *Elites dominantes, Inclusão social, Negros*

ABSTRACT

Analyzing the Brazilian people's formation and its ethnic variety, the racial issue is marked by racism as a tendency of thought that gathers different human races. The miscegenation originated by the crossbreeding occurred widely among Brazil and carried with it a racial prejudice based on European theses about the population's "whitening". Since the arrival of the black population to the country, in the condition of slave, their image is stuck to the stigma of inferiority in relation to white people, making it difficult to have a political influence and introduce themselves into the Brazilian dominant elite.

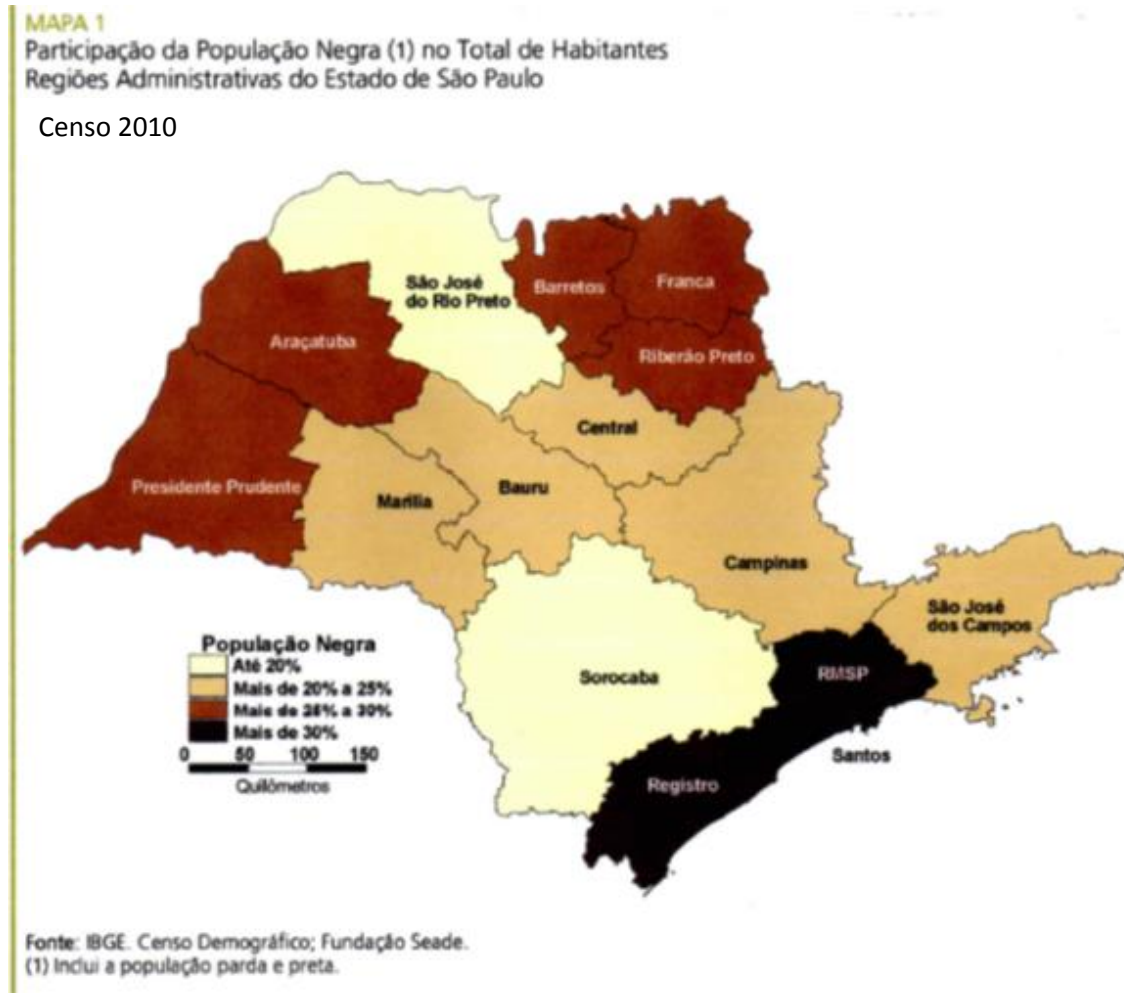
We intent to bring the discussion about local power, "coronelismo" and patronage, trying to demonstrate how the dominant elite's power and resources allocation schemes, put aside the lower-class from the political scene which is even worse for the black population regarding the suffered racial prejudice.

Assuming the matters described above, we argue around the insertion of the black people into the political scenario, taking the City of Araraquara –SP as target to analyze the conditions that prevents them from achieving high positions inside the public sector and develop the issue between representation, social inclusion and political participation.

Key-words: *Dominant Elite, Social Inclusion, Black Population*

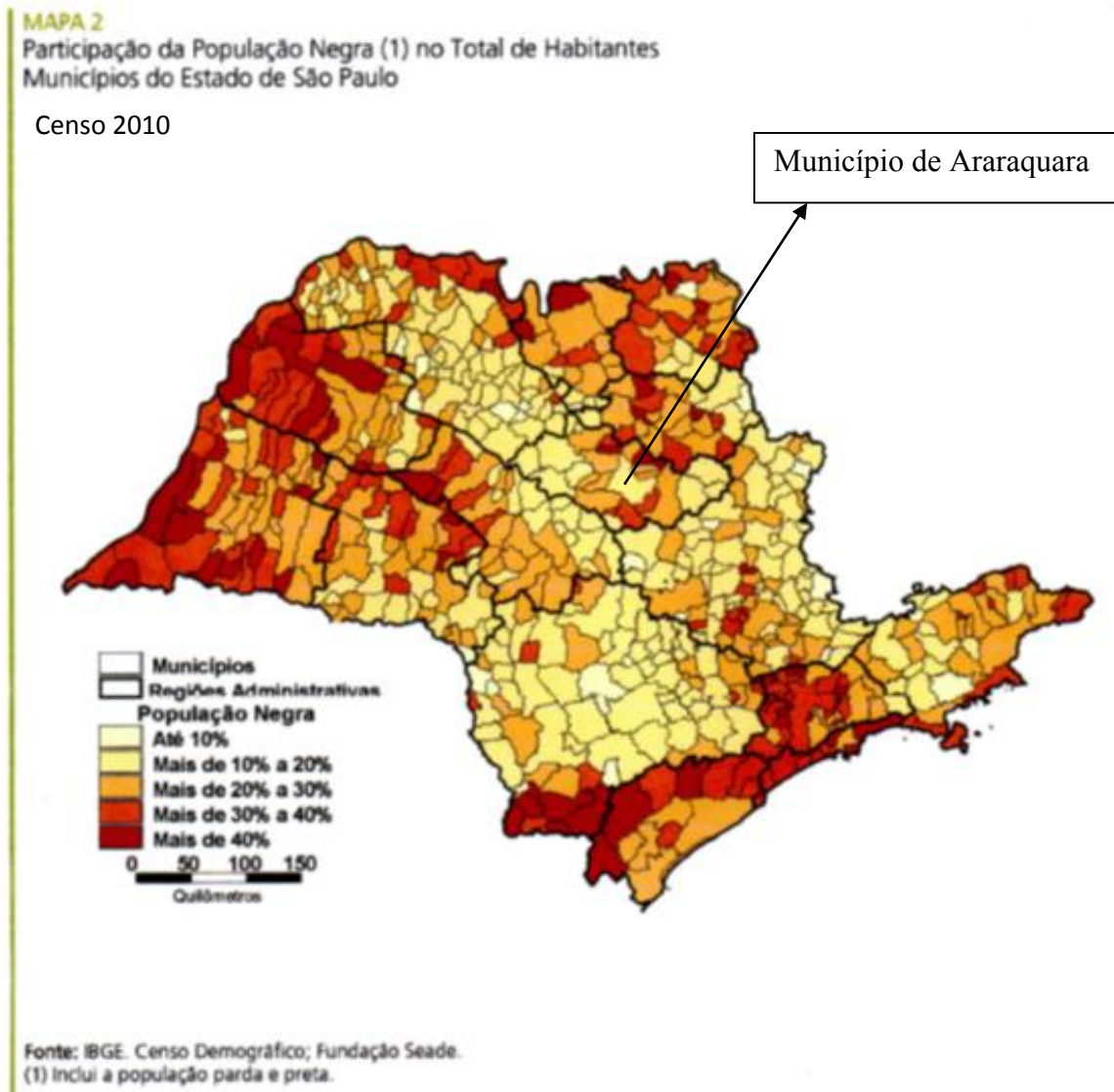
LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1



A Figura 1, como pode ser observada acima, apresenta o mapa com a “Participação da população negra no total de habitantes das regiões administrativas do Estado de São Paulo”. Destacamos que o município de Araraquara, foco de nossos estudos, está situado na região “Central” do mapa, apresentando uma população negra na categoria “mais de 20% a 25%”.

Figura 2



A Figura 2, como pode ser observada acima, apresenta o mapa com a “Participação da população negra no total de habitantes dos municípios do Estado de São Paulo”. O mapa apresenta um destaque nosso para o município de Araraquara, que apresenta uma população negra situada na categoria “mais de 10% a 20%”.

LISTA DE TABELAS

TABELAS (CAPÍTULO 2)

1 – Entrada de imigrantes europeus no Brasil (1851 – 1900)	50
--	-----------

TABELAS (CAPÍTULO 3)

2 – Conquistas recentes da luta do movimento negro em Araraquara	63
3 – Pessoas com mais de 60 anos do sexo masculino, separação por cor ou raça	64
4 – Pessoas com mais de 60 anos do sexo feminino, separação por cor ou raça	64
5 – Valor médio do rendimento mensal total, separação por cor ou raça	65
6 – Proporção das pessoas com rendimento de até 1 salário mínimo	65
7 – Proporção das pessoas sem rendimento	65
8 – Pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever	66
9 – Taxa de frequência escolar líquida, separação por cor ou raça/idade	66
10 – Taxa de abandono escolar precoce entre 18 e 24 anos	66
11 – Servidores da Prefeitura de Araraquara / Ano 2011	68
12 – Servidores da Câmara Municipal / Ano 2011 (modelo expandido)	69
13 – Servidores da Câmara Municipal / Ano 2011	70
14 – Servidores da Câmara Municipal / Ano 2015 (modelo expandido)	70
15 – Servidores da Câmara Municipal / Ano 2015	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DAS ELITES NO BRASIL COLÔNIA E NA REPÚBLICA	17
1.1 – Formação política brasileira	27
1.2 – O poder local: município de Araraquara	35
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO RACIAL E AS TESES SOBRE O BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO	41
2.1 – Desvendando o mito da democracia racial	46
2.2 – O imigrantismo e as relações de trabalho	49
CAPÍTULO 3 – ASCENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	55
3.1 – O empoderamento das elites locais	56
3.2 – O Baile do Carmo e as conquistas do movimento negro	60
3.3 – Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Informações socioeconômicas sobre o município de Araraquara	63
3.4 – Dados da Prefeitura e Câmara Municipal: Setores técnicos do serviço público	67
CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	72
4.1 – O “ <i>apartheid</i> ” social brasileiro	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta pesquisa apresenta um estudo sobre a questão racial e a participação política dos negros, trazendo-os para o âmbito do poder local, onde o conjunto das relações e manobras da “coisa pública” encaminha os andamentos da política na esfera local, na tentativa de explicar quais fatores são responsáveis pela dificuldade de inserção dos negros em altos cargos da administração pública, assim como, a conotação social discriminatória acerca das dinâmicas que envolvem a raça negra.

Podemos constatar a grande influência do papel do Estado na formação da materialidade e da cultura negra no Brasil. Agindo discriminadamente, essa instituição, historicamente operou a modo de excluir o negro no processo de formação social. Entendemos seu papel na exclusão negra no mercado de trabalho no período pós-abolição, e também como agiu naquilo que era mais característico da raça: sua própria identidade.

O governo ao longo de séculos promove uma atuação que acaba inibindo o desenvolvimento do movimento negro, reprimindo assim, a identidade da raça negra. Por isso, a importância de discutir o processo da questão racial no Brasil diante da inserção do negro na sociedade após a abolição, assim como, os preconceitos criados e o racismo que impedem a completa absorção destes no contexto social, dificultando os prosseguimentos em carreiras políticas.

Para tanto, fazemos uma análise do desenvolvimento das elites no país, apontando os dilemas enfrentados pelos negros que chegaram ao Brasil ainda na condição de escravos. E, nesse sentido, busca-se o entendimento da questão racial no Brasil, dando ênfase no período após a abolição da escravidão, diante da inserção do negro. Inúmeras posições são influentes no processo de formação social brasileiro a respeito das questões de raça. O antropólogo brasileiro, Darcy Ribeiro, por exemplo, fala de um paralelismo entre cor da pele e pobreza, como sendo característica de uma estratificação social de aparência racial. A cor da pele ou certos traços raciais vão atuar no sentido de indicar o indivíduo como sendo de uma condição inferior, o que perfaz um preconceito quanto ao fenótipo da raça e demonstra haver uma necessidade em justificar as reais condições dos negros em um país de multiplicidade étnica.

Nossa proposta de trabalho apresenta um estudo mais centrado no período pós-abolição da escravatura, que talvez seja o momento mais decisivo do nosso desenvolvimento

nacional. Sendo que o resgate histórico com ênfase na presença do negro na sociedade brasileira está embutido, assim como as dinâmicas praticadas pelas elites dominantes, detentoras de propriedades territoriais e de participação política com representação. As práticas de coronelismo e clientelismo formam estruturas de controle para tais grupos dominantes se perpetuarem no poder, o que corrobora para a defasagem das condições de ascensão social de outras classes, cuja grande maioria dos negros faz parte.

Para tal fim, cabe a análise das relações de poder que se desenvolveram na Primeira República¹. O coronelismo é um sistema político com uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, em que há o envolvimento de compromissos recíprocos e surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica, sendo fruto da alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, significando o fortalecimento do poder do Estado e o declínio da influência dos donos de terra, ou seja, um sistema político nacional baseado em barganhas entre o governo e os coronéis.

Já o conceito de clientelismo que por vezes se confunde com o de coronelismo, indica um tipo de relação entre atores políticos, que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos ou qualquer outro tipo de bem, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.

Há uma hipótese de que ambos estariam na categoria de práticas fraudulentas do meio democrático, com a justificativa de que tais procedimentos dificultam a ascensão das camadas populares ao cenário político. Partindo da alegação que capital ou influência são meios de se elevar a condição de vida em termos político e/ou econômico e que tais privilégios são monopólio de uma classe dominante cuja maioria dos negros não está inserida, estes são reféns de uma situação de subordinação, ocasionada especialmente pelo fator histórico da escravidão, que mesmo ao ser abolida, não deu qualquer tipo de proteção ou auxílio aos negros, mantendo-os em condição desigual.

No CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DAS ELITES NO BRASIL COLÔNIA E NA REPÚBLICA, será problematizada a formação social brasileira. Trazendo a princípio, o problema da ocupação de terras e a constituição de uma classe política e economicamente dominante. Utilizando uma extensa literatura de caráter histórico, buscamos

¹ A **Primeira República Brasileira**, normalmente chamada de República Velha, foi o período da história do Brasil que se estendeu da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13º e último presidente da República Velha, Washington Luís.

relatar a formação social como barreira à participação política. Centrando nossos estudos no período pós-abolição, pontuamos as práticas que as elites dominantes fazem uso para continuarem no poder, mantendo a dominação sobre as camadas populares. Ainda neste capítulo, trabalhamos a tese do homem cordial² e a herança da colonização lusitana como marcas de uma cultura política de obediência, com o culto à personalidade e a passividade política sendo claramente manifestos nas estruturas de poder. Para concluir o capítulo, analisamos o conhecido caso de coronelismo no município de Araraquara, buscando evidenciar o desenvolvimento elitista e a dificuldade de democratização dos espaços públicos.

No CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO RACIAL E AS TESES SOBRE O BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO, será discutida a questão racial, buscando perceber as reais condições dos negros no país multirracial. A miscigenação advinda do cruzamento de diversas raças ocorre de forma acentuada no Brasil, carregando consigo teses europeias sobre o branqueamento da população como solução para os males sociais. O negro, que desde sua vinda ao país, ainda na condição de escravo, tem sua imagem presa a um estigma de inferioridade. Por isso, trazemos o debate sobre a influência do imigrantismo na composição racial e nas relações de trabalho, pontuando o impacto da Lei dos Dois Terços e as variadas formulações que giram em torno da ideologia da democracia racial.

Das análises históricas que serão abordadas nos capítulos anteriores, podemos ver as ressonâncias no município de Araraquara. Ao entrar no CAPÍTULO 3 – ASCENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS NEGROS NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, analisaremos as influências das práticas elitistas dificultando a ascensão social de outros grupos. Além disso, retomamos parte da história dos negros no município, com o Baile do Carmo, para em seguida fazer uma análise comparativa de dados sócio-econômicos e posições nos quadros da administração pública, relacionando cor ou raça e, podendo assim, estabelecer que os brancos apresentam melhores condições e oportunidades que os negros em todos os aspectos societários.

² O **homem cordial** é um conceito desenvolvido pelo historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda em sua obra "Raízes do Brasil", publicada no ano de 1936, através do qual o autor destaca a importância da herança cultural da colonização lusitana no Brasil, construindo ainda a ideia de que a "cordialidade" típica dos brasileiros levou a uma relação problemática entre instâncias públicas e privadas.

A partir desse raciocínio, o CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL, vai trabalhar com as políticas de combate a desigualdade social. No último decênio, por conta do respaldo que tecnologia e ciência passaram a ter para acumulação de capital, a discussão foi trazida para as universidades, implacando uma lógica sobre a democratização do conhecimento. Nesse sentido, as cotas raciais foram implantadas na última década e graças ao apoio de programas e projetos visando a ampliação de políticas públicas inclusivas e/ou de cunho racial, estamos presenciando uma maior inserção dos negros em outros setores, o que vem gerando controvérsias de vários segmentos sociais.

No tópico referente às CONSIDERAÇÕES FINAIS serão debatidas as hipóteses propostas no desenvolvimento da pesquisa, conforme seguem nos capítulos as problemáticas que envolvem a questão racial e as relações de poder. Desde a estruturação de um estamento elitizado à passividade política das camadas populares, perpassando a presença do negro enquanto indivíduo à margem do social, todos os aspectos remetem ao estudo sobre as práticas de manutenção do poder. Também neste tópico, será demonstrada a finalidade deste estudo, que traz uma tonalidade crítica da forma como a questão racial é percebida na sociedade, apontando inclusive, a necessidade de novos estudos frente às demandas sobre os conflitos raciais.

CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DAS ELITES NO BRASIL COLÔNIA E NA REPÚBLICA

O Brasil foi marcado por um problema de propriedade e ocupação de terras. No período colonial, o império português com fins de produção para competir em termos de poderio com os demais países europeus decide dar início a colonização da até então colônia brasileira e, por isso, a partir do século XVI mostra um interesse pela ocupação para exploração.

Portugal então divide o país em capitânicas, que são lotes de terras distribuídos aos donatários nomeados pelo rei. Com a chamada instituição das sesmarias³, os donatários podem doar as terras para quem lhes for conveniente, na maioria dos casos, por transmissão hereditária. Basicamente, a economia do Brasil no período colonial⁴ (séculos XVI – XVIII) é baseada nos critérios de latifúndio, monocultura e mão-de-obra escravizada, sendo regida pelo império português para uma finalidade de exploração, no caso, de produtos tropicais.

Por conta da grande abundância de terras férteis, o desenvolvimento de latifúndios coloniais fez-se a verdadeira unidade de produção do país. Portugal, valendo-se de tal subterfúgio, utilizou deliberadamente da mão-de-obra escravizada, tendo preocupações de ordem capitalista, visando apenas riqueza e adotando uma postura similar ao que estava acostumado a alcançar com as especiarias na Índia. O trabalho escravo e a terra farta foram os fatores condicionantes para a realização da grande lavoura que ao longo de séculos foi o grande sistema de produção vigente.

A princípio, a exploração pretendida por Portugal era de recursos minerais, o que não se deu efetivamente no começo e, por conta disso, foi a produção do açúcar que impulsionou a colonização inicial cujo objetivo básico era explorar a matéria-prima do Brasil para ampliar seu comércio com os países europeus.

³ **Sesmaria** (de *sesma*, derivada do latim *sexīma*, ou seja, "sexta parte") foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção. O Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar a particulares essa função.

⁴ O **período colonial brasileiro**, da forma definida pela historiografia, é um momento histórico em que o território brasileiro era uma colônia do império ultramarino português. Sua marca é o início do povoamento, com o fim do período pré-colonial brasileiro em 1530, tendo se estendido até 1815.

Ainda no século XVI, a Coroa portuguesa resolve criar o sistema de capitanias hereditárias, doando lotes de terras aos nobres portugueses, que recebiam o título de Capitão Donatário e uma carta de doação de terras. Essa forma de administração territorial praticada pelo império português veio a ser substituída pelo sistema de governador-geral, que durou quase três séculos. As terras podiam ser doadas conforme o interesse do rei, mas ainda assim ocorriam apropriações de terras para a produção no mercado interno, perfazendo um tipo de apropriação através da posse e não da doação real.

As terras eram doadas, desde o início da colonização do Brasil até 1822, em sesmaria. Posteriormente, com a descoberta do ciclo do ouro, o interior do país passa a ser explorado e o regime das sesmarias faz-se insuficiente para acompanhar a demanda por terras.

Na sociedade colonial, a camada de colonos-senhores aparece em condição privilegiada. Mas é o escravismo que aparece como elemento essencial, logo, a exploração colonial é baseada na exploração do trabalho escravo. Nesse cenário, não havia bases sólidas e capitais disponíveis para que a estrutura escravista levasse a um progresso técnico. Como resultado, havia baixa produtividade nesse período e o crescimento da economia de mercado era limitado.

A produção colonial, mantendo a lógica escravista-mercantil, apresentava baixo grau de produtividade. A camada senhorial, na busca por reduzir ao mínimo o custo da manutenção da mão-de-obra escrava, obrigava seus escravos a produzirem boa parte de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para exportação.

A lógica econômica predatória do período determinava o baixo grau de rentabilidade na produção das colônias. Não havia especialização do trabalho por conta da economia em termos de mão-de-obra. Objetivando economizar no custo da manutenção do trabalho, a disciplina do escravo era mais cobrada do que sua eficácia, ou seja, uma autoridade fundada na violência para economizar nos gastos com a produção.

“Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Esse aspecto – um entre muitos – indica o limite que a escravatura opunha a racionalização produtiva” (SCHWARZ, 1977, p. 14).

O regime das sesmarias dura até 17 de julho 1822, o mesmo ano da Independência do país. Somente após a fundação do Império Brasileiro, com o imperador D. Pedro I, surge a primeira Constituição Brasileira em 1824, ainda assim, mantendo os privilégios e as injustiças em relação à posse de terra, apesar de trazer alguns avanços sócio-políticos.

O Brasil fica quase 30 anos sem uma legislação específica sobre a questão de terras, o que vai ocorrer só em 1850 com a Lei de Terras⁵, estabelecendo a compra como a única forma de acesso a terra e abolindo, em definitivo, o regime de sesmarias. A nova lei serve para regular a estrutura fundiária, organizando a forma como a terra deve ser utilizada, o que irá representar uma contribuição efetiva à fixação dos colonos, porém, acaba condenando o trabalho escravo e impedindo os trabalhadores livres de possuir uma propriedade privada pela falta de capital.

Paralelamente ao processo de aquisição de terras, vinha ocorrendo a modificação do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Já existiam no Brasil outros tipos de trabalhadores como artesãos, padres, militares e burocratas portugueses. Todos estes com um objetivo comum: a efetiva titulação como proprietário de terras.

Com o fim do regime das sesmarias, tivemos um período de grande atuação dos posseiros, que ocupavam áreas que não estavam sendo utilizadas, havendo assim, uma ocupação de terras de modo livre. Com a Lei de Terras, isso muda. O Estado percebendo a atuação dos posseiros, passa a adquirir as terras que não eram de ninguém para si, são as chamadas “terras devolutas”. A partir daí, a terra vira uma mercadoria, objeto de compra e venda.

A criação desta Lei transformou a situação na época porque garantiu os interesses dos grandes proprietários, principalmente no Nordeste e no Sudeste, com a produção do café. As terras ainda não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas por meio da compra em leilões mediante pagamento à vista, e não mais através de posse. Todos os que já estavam nas terras receberiam o título de proprietário, regularizando-as como propriedades privadas, desde que residissem e fizessem uso para a produção.

⁵ No Brasil, a **Lei de Terras** (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil (1822), a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro. Trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária.

No novo contexto, para se adquirir um lote de terra era preciso ter capital e mão-de-obra para trabalhar. Os detentores desses meios eram os grandes proprietários, que tinham a posse legal da terra e a lei ao seu lado. A atuação dos grandes senhores do poder vem preponderar no cenário político-social e os negros que já entraram na história do país como excluídos, ficaram privados do acesso à terra. A nova lei institui o chamado “Cativeiro da Terra”, em um período em que passa a ocorrer a transição da mão-de-obra adaptando-se a lógica capitalista, cujo capital passa a utilizar da propriedade privada da terra e da renda que ela pode proporcionar (MARTINS, 1990).

Em 4 de setembro de 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico interatlântico de escravizados, sendo estabelecida por conta de repressões britânicas ao transporte de escravizados. A lei não gerou efeitos imediatos na estrutura do sistema econômico brasileiro porque o tráfico ilegal desenvolveu-se intensamente no mesmo período, contudo, acarretaria mudanças significativas na composição populacional quando se findam de vez o tráfico e a vinda de escravos para o país.

Na sequência desses acontecimentos, os anos finais do século XIX são de grande relevância para os desdobramentos da sociedade brasileira. Em 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel assina a Lei Áurea, não é só uma liberdade para uma classe por séculos dominada, mas sim um ato que se traduziria em uma dinâmica estrutural diferente. O Brasil, no ano seguinte a abolição, ainda realizaria a Proclamação da República, chegando à categoria de República Federativa Presidencialista, derrubando a Monarquia Constitucional até então existente com o Império.

O período compreendido entre 1889 e 1930, classificado como República Velha, traz a atuação do coronelismo como objeto de análise. O coronelismo é permeado por uma estrutura complexa de poder em que o mandante principal está representado na figura do coronel. Em síntese, traduz-se na decadência do poder do coronel na medida em que o poder público se fortalece.

Nesses termos, a obra de Victor Nunes Leal, “*Coronelismo, enxada e voto*”, esmiúça o coronelismo enquanto fenômeno caracterizador de nossa política, o qual emerge na Primeira República e está intimamente ligado a uma estrutura agrária inadequada marcada pela concentração da propriedade rural. Ao longo do processo político, como veremos mais adiante, o poder público vai se fortalecer, ocorrendo isso fundamentalmente por conta das mudanças institucionais realizadas de início com Getúlio Vargas e posteriormente com os

governos militares na tentativa de racionalizar a administração pública e modernizar a estrutura do Estado.

“As relações entre o poder local e as outras esferas de governo ocorrem de forma clientelista. Pela dominação exercida sobre seu eleitorado, o coronel possui “lealdade política” dele, garantindo assim sua elegibilidade. O governo estadual e federal vislumbra esse fato porque depende dos votos desse eleitorado para vencer as eleições estaduais e federais. Ao ceder autonomia extralegal para o coronel nomear certos funcionários e delegados, tanto o estado quanto a União firmam com este o compromisso típico do coronelismo (que é a troca de favores entre as esferas de governo) tendo em contrapartida a garantia dos votos do eleitorado local nas eleições” (LEAL, 1975, p.20).

O coronel, nada mais é do que aquele senhor de terra cujo capital podia comprar propriedades e escravos. O fenômeno do êxodo rural, porém, com a crescente migração dos habitantes do campo para a cidade e o estímulo ao processo de urbanização modificam as diretrizes até então estabelecidas. Novos tipos de trabalho aparecem e o negro já não se apresenta mais na condição de escravo, sendo uma parte da mão-de-obra que vem competir no mercado de trabalho. Por isso, o coronel, que era a grande potência vai perdendo um pouco de sua força graças à nova situação, mas para continuar no viés de liderança, vai atuar junto com o governo.

A diferença entre o proprietário de terras à época do Império e o coronel da Primeira República está no contexto histórico. Durante o Império havia uma ordem escravista e a representatividade política estava restrita ao voto censitário⁶ com eleições indiretas, já na República havia trabalho livre, assalariado e extensão do direito ao voto a todos.

Enquanto o governo permite que o coronel mantenha sua influência, concedendo privilégios e cargos expoentes, este lhe garante meios para a candidatura, na forma de apoio e votos, já que tem condições fortes de dominação sobre o eleitorado rural. Os proletariados rurais e urbanos, que vendem sua força de trabalho para sobreviver, ficam reféns de uma

⁶ O **voto censitário** era a concessão do direito do voto apenas àqueles cidadãos que possuíam certos critérios que comprovassem uma situação financeira satisfatória. Os cidadãos que pagavam impostos eram classificados como ativos e os que tinham baixa renda eram os passivos. Somente os cidadãos ativos tinham o direito de votar. Em 25 de março de 1824, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição brasileira e estabeleceu o voto censitário.

situação de austeridade política, por conta das práticas fraudulentas que condicionam às elites a se perpetuarem no poder.

A noção sobre as elites dominantes da sociedade brasileira aqui problematizada versa sobre um grupo localizado em uma camada hierárquica superior dada a estratificação social no contexto de poder de decisão política e econômica, logo, apreende a elite enquanto grupo minoritário que impõe ou garante práticas de dominação sobre a maioria populacional dentro de um determinado sistema.

Trabalhar uma discussão sobre organização política é importante para percebermos a dinâmica das estruturas de poder na constituição de uma elite dominante no país, que se utiliza de capital e influência para manipular as demais classes sociais. Ao fazer um estudo sobre as instituições políticas brasileiras, relacionando poder local e poder nacional, vemos a importância em trazer alguns conceitos que estão intrínsecos na história política brasileira, no caso, clientelismo, coronelismo e mandonismo. Apreciando então, que tais termos sofreram uma defasagem em termos de significação ao longo dos anos.

Uma representação clássica do que vem a ser o coronelismo é como sendo fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, o que significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República.

O termo “coronelismo” é usado para definir a complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (representado na figura do coronel) com relação ao poder público (representado pelo Estado), que vinha se fortalecendo. Partindo dessa concepção, utilizamos o conceito de “poder local” para especificar o estudo de processos políticos no âmbito municipal. Sendo assim, o poder local definia-se pelo “coronelismo”, que engendrava uma “troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (LEAL, 1975), ou seja, um sistema político nacional baseado em barganhas entre o governo e os coronéis.

Com a influência do coronel sobre o eleitorado rural, a elite dominante detinha o controle das eleições, perpetuando-se no poder político. Analisando a política local, os fatores condicionantes da prática coronelista são: “a situação de isolamento municipal; as relações de dependência estabelecidas tradicionalmente entre uma classe desprovida da posse de terra e

dos meios de produção (o trabalhador rural) e a classe proprietária rural; o favoritismo típico dessa dependência; o domínio do processo eleitoral através de mecanismos de controle desse eleitorado rural (via ‘voto de cabresto’ e através das fraudes eleitorais feitas à ‘bico de pena’); a forma como se estruturam as relações entre município e estado, nas quais o primeiro garante o eleitorado para o segundo (devido ao domínio que o coronel tem sobre seus dependentes) e, em contrapartida, o estado fornece ao coronel meios de manutenção dessa dominação, já que este encerra em si importantes instituições sociais. Pode-se dizer que o coronelismo se traduz em uma hegemonia social, política e econômica” (LEAL, 1975).

O “mandonismo” refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, não perfazendo um sistema, mas sim, uma característica da política tradicional. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. Sendo figura característica da política tradicional, o mandão sempre existiu na política brasileira, persistindo mesmo com o declínio do coronelismo, sob o formato de expressão autoritária.

Rompendo com a ideia de isolamento e apresentando novos atores políticos, o “clientelismo”, enquanto prática política de troca de favores, muitas vezes acaba se confundindo com o conceito de “coronelismo”. De modo geral, o clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, seja na forma de empregos, isenções, benefícios fiscais, ou em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Tal tipo de relação política esteve presente mesmo no período do Estado Novo⁷ (1937 – 1945), que se daria posteriormente à República Velha, ou seja, mesmo com a centralização do poder e o autoritarismo da época, mantinha-se a relação de troca de benefícios.

O período do Estado Novo acaba sendo inovador no cenário político brasileiro, deixando resquícios para futuras administrações. Ao fazer uma discussão sobre o golpe e suas repercussões, pode-se dizer que foi um golpe silencioso, o que fez a oposição ficar sem reação. Não foi uma ruptura, apenas a consolidação de todo um processo, contando com apoio

⁷ **Estado Novo** é o nome do regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, com duração até 29 de outubro de 1945, cujas características marcantes são: autoritarismo, nacionalismo, anticomunismo e centralização política.

de intelectuais, militares e políticos. A figura de Getúlio vem para simbolizar o poder de Estado e a nacionalidade. O plano de governo apresentava o desenvolvimento econômico, o intervencionismo e a industrialização como chaves. Já no plano político, era a ditadura quem ditaria as regras para o expansionismo (D'ARAÚJO, 2000).

A propaganda política sempre enfatizou o caráter inovador do Estado Novo, quando na prática, o golpe manteve certo clientelismo, consolidando uma nova oligarquia. Dentre as providências relevantes enquadram-se o fortalecimento do Executivo, a subordinação do Estado ao governo central e o fim das eleições. Contudo, o clientelismo é constante para a nomeação de cargos de confiança. Da ligação entre a nova oligarquia com o poder, dá-se o discurso de que o golpe veio para solucionar a crise nacional e por isso, o Estado Novo associa à figura de Getúlio à ditadura, mas também à política social e ao nacionalismo.

Com o fim do Estado Novo e o advento da Constituição de 1946 vão ser estabelecidas normas para instalação de uma estrutura democrática. A nova carta traz o pluralismo partidário, as eleições diretas e a separação formal dos poderes de Estado ao invés do sistema de interventorias, do arcabouço sindical corporativista, da burocracia estatal para tomada de decisões e da ideologia autoritária de Estado que antes perduravam.

O período de 1930 a 1964, abordando a questão da participação política vai ser o cerne das complicações no que tange a representatividade do governo. Por conta disso, fez-se necessária a introdução de um novo código eleitoral para controlar o processo eleitoral. Dentre as medidas de regulamentação que foram tomadas, destacam-se: a implantação de Tribunais para impedir fraudes, o voto obrigatório, adulto e universal, o princípio majoritário para eleição de presidente, governador e senador e, por fim, o princípio proporcional para Câmara e Assembleias.

É possível constatar a passagem do coronelismo à profissionalização da atividade política com as transformações ao longo do século XX, alegando que as mudanças institucionais pós-64 promoveram o desenvolvimento econômico dos municípios interioranos. E dessa alteração do quadro coronelista na política local ainda decorrem: a passagem da população brasileira de essencialmente rural para urbana, o avanço do desenvolvimento industrial para o interior, o surgimento de novas classes sociais, a massificação dos meios de comunicação e a profissionalização da atividade política.

Percebemos uma nova cara da realidade política local, com o fim do sistema coronelista, a ampliação das características fundamentais de um regime democrático e a passagem do rural para o urbano. Outros intermediários passaram a garantir a fidelidade administrativa, mantendo a relação clientelista entre o governo e a administração local.

É da decadência do mandonismo local e da ascensão do processo de modernização que as relações clientelísticas assumem uma feição menos pessoal e mais político-institucional, quando suas instâncias de poder no plano municipal passam a ser constituídas por: três poderes (executivo, legislativo e judiciário), máquina administrativa sólida, cargos políticos eletivos e partidos políticos. Esse conjunto de instâncias de poder, com representação política, também é chamado de “poder local”.

Nesse sentido, cabe voltar atenção aos mecanismos que podem ser vias de acesso às camadas populares adentrarem ao cenário político e às questões de gestão pública. Os Conselhos Gestores⁸ de políticas públicas constituem experiência de democracia participativa no Brasil contemporâneo, estando presentes na maioria dos municípios, articulados desde o nível federal e, perfazendo uma aposta na institucionalização do diálogo entre governo e sociedade.

No entanto, os conselheiros em geral, cujos níveis de renda e escolaridade estão bem acima da média nacional, em muitos casos são criticados por não cumprirem a função deliberativa que lhes cabe, havendo também nesse órgão público (Conselho Gestor) a manutenção de padrões clientelistas na relação entre Estado e sociedade.

Além disso, a baixa capacidade de inovação das políticas públicas, a centralidade do Estado na elaboração da pauta e as dificuldades em lidar com a pluralidade de interesses são algumas das adversidades que os conselhos enfrentam. E, por esta perspectiva, “a efetividade da participação, quanto à democratização dos processos de gestão e melhoria na qualidade dos resultados, depende de alguns condicionantes, cuja identificação e discussão vão continuar animando os debates sobre a democracia contemporânea” (TATAGIBA, 2002).

⁸ O **Conselho Gestor** é considerado uma forma de organização administrativa que possibilita a participação do povo na gestão de políticas públicas, configurando-se como órgão administrativo com representação paritária entre sociedade civil e Poder Público. Eles regulamentam as ações dos órgãos aos quais estão vinculados, deliberando ou não, reivindicações feitas pela população e pelas demandas elencadas em cada reunião de conselho.

As instituições públicas não dependem somente dos arranjos institucionais, mas também das atitudes das elites e da população como um todo. É preciso perceber a dinâmica da política local no Brasil e a importância do município como alicerce da democracia, já que é do âmbito local que emergem formas inovadoras de ação governamental e gestão pública.

No Brasil, o município era considerado o *locus* onde se pervertiam os projetos democráticos. Poder oligárquico, patrimonialismo⁹, clientelismo, enfim uma série de condicionantes que comprometem o efetivo democrático. A partir da Constituição de 1988, há uma valorização da política local como forma de democratização, sendo assim, o município passa a ser o principal destinatário da descentralização de competências na área social. Os recursos aumentaram com a ampliação das transferências constitucionais, mas ainda se mantém a condição de subordinação do governo local ao governo federal no combate aos problemas mais sérios do município.

Um regime de democracia participativa deveria aproximar o governo dos cidadãos por meio da valorização dos governos locais, configurando-se em um sistema que garanta a liberdade e assegure a participação. Assim, formar-se-ia um governo democrático estável e capaz de garantir a vigência dos direitos civis. Mas em um país onde as condições de igualdade são ínfimas, como se pensar em oportunidades a todos ou direitos de representação? Pensando na conjuntura política atual do país, fica claro que o político profissional que mantém relações mais próximas com a grande maioria da população interiorana é representado na figura do vereador municipal, ainda assim, mantendo certa semelhança com a figura do antigo coronel.

“A vereança, como atendente das necessidades individuais privadas, faz emergir uma relação de clientela e cria, assim uma relação público-privado de como o controle sobre recursos políticos se dá. O que distingue o vereador do antigo coronel não é sua posição na estrutura econômica (que lhe permite fazer favores), mas o fato de ter privilégios como homem público, ou seja, a condição de vereador permite-lhe exercer influência nos órgãos públicos e nas instituições privadas. O exercício da vereança cria vínculos e obrigações que lhe facilitam a prática do favor. Do seu desempenho para manter os vínculos dependera seu sucesso como vereador

⁹ **Patrimonialismo** refere-se à conduta política de elites dominantes no exercício de funções públicas de governo, que se caracteriza pela apropriação do que é público - do Estado, suas instituições e seus recursos - como se fosse patrimônio privado.

e sua reeleição. A diferença entre o vereador e o coronel é que o primeiro, enquanto “representante eleito pelo povo, seu poder não é privado, mas público, transformando-o num mediador entre o cidadão e o seu direito ainda que isso apareça sob a máscara do favor. O poder do coronel, diversamente, ancorado na estrutura econômica, tem uma base permanente, sendo, portanto, relativamente independente do reconhecimento político de seus favorecidos” (KERBAUY, 2000, p. 86).

Apesar de já não falarmos mais em coronelismo e mandonismo no sentido que tais fenômenos tinham há décadas passadas, atualmente, é fato a existência de verdadeiros “currais eleitorais”, que são manipulados não apenas no interior, como também nas regiões metropolitanas e centros urbanos. O sistema de votação no país, em muitos casos, não tem uma conotação partidária, guardando fundamentos de ordem coronelista ainda, sendo então fixado na pessoa do político e na expectativa de uma troca de favores com o eleitor, em níveis coletivos e/ou individuais. A nova prática clientelista assume uma relação com uma comunidade ou com um tipo de eleitor, em que o eleitorado mantém-se fiel ao seu político, acreditando na figura deste político moderno como sendo o único que pode solucionar os problemas sociais.

Buscamos neste tópico elucidar o desenvolvimento das elites no país, dando ênfase a casta política e as práticas de manutenção do poder. Podemos perceber a continuidade do domínio político na esfera local, embora os chefes locais não sejam os mesmos. Sendo assim, mesmo a democracia configurando-se como sistema político vigente, ainda existem grupos sociais que monopolizam o poder e, dessa forma, as elites passam de geração a geração as condições necessárias para a manutenção dos domínios político e econômico.

1.1 – Formação política brasileira

Ao fazer uma abordagem histórica crítica sobre a formação do Estado brasileiro, percebemos que o Brasil desde os tempos de colônia foi governado por uma comunidade burocrática que mina suas condições de desenvolvimento como nação independente.

A descoberta do Brasil deu-se na fase ultramarina de expansão comercial portuguesa e, nesse sentido, Portugal assume uma postura de extremo interesse econômico como descobridor. O Sistema de Capitânicas foi, na verdade, uma tentativa fracassada de estabelecimento militar e econômico voltado para defesa externa e para incremento de atividades que estimulariam o comércio português.

Com o fracasso das Capitânicas, já que apenas as de São Vicente e Pernambuco prosperaram, define-se uma nova posição da Coroa, em que haveria um Governo Geral com fins de instaurar um processo de crescente centralização administrativa e assim, ter maior controle sobre a colônia.

No decorrer de séculos, o Brasil foi incorporando o aparato burocrático e profissional da administração lusitana. Surgiu sem identidade nacional e, por conta da aliança entre o poder aristocrático da Coroa com as elites agrárias locais, a estrutura social e econômica acabava sendo voltada para fins exclusivos dos “Donos do Poder”, nas palavras de Raymundo Faoro (2004).

As elites brasileiras e seu patronato político vem se consolidar na soberania da nação com alto grau de individualismo, podendo então, trabalhar com o conceito de estamento burocrático enquanto forma de estratificação social. Quando o caráter administrativo se perde, a chefia assume caráter patriarcal, caindo nas mãos do coronel, do fazendeiro.

“O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. No campo econômico, as medidas postas em prática, que ultrapassam a regulamentação formal da ideologia liberal, alcançam desde as prescrições financeiras e monetárias até a gestão direta das empresas, passando pelo regime das concessões estatais e das ordenações sobre o trabalho. Atuar diretamente ou mediante incentivos serão técnicas desenvolvidas dentro de um só escopo. Nas suas relações com a sociedade, o estamento diretor provê acerca das oportunidades de ascensão política, ora dispensando prestígio, ora reprimindo transtornos sediciosos, que buscam romper o esquema de controle” (FAORO, 2004, p. 739).

O termo utilizado por Faoro em interpretação da sociedade brasileira é geralmente associado aos privilégios elitistas, fazendo referência também ao desenvolvimento institucional em que existem mecanismos de adaptação e continuidade nas estruturas políticas. Partindo de tal pressuposto, Faoro alega uma relação de potência a potência, em que

o Estado se comprometeria a respeitar a autonomia local do senhor, ao passo que este, como coronel, obrigava-se a manter a ordem da região.

No Brasil, a força do poder central sempre foi predominante. A força política sempre foi exercida por um grupo social que visava o domínio da máquina político-administrativa, conquistando para si, prestígios e riqueza. Portanto, no país temos duas classes opostas: o estamento e a sociedade (FAORO, 2004). Sempre que há uma crise que requer uma modernização, tal processo se realiza “de cima para baixo” pressupondo uma incapacidade do povo.

Uma explicação plausível para o escasso espírito político no povo brasileiro é justamente a falta do sentimento de “brasilidade” que se configura enquanto lógica imposta por uma elite política e econômica vigente no país à época.. Empreendendo uma análise histórico-psicológica da sociedade brasileira, é possível constatar a dificuldade em pensar o Brasil a partir de sua própria cultura, com uma visão de mundo desligada das raízes europeias. Esse aspecto gera condições para uma liderança esclarecida das elites, que seriam as únicas em condições psíquicas e materiais de orientar os rumos da nação.

Por conta do modo como a colonização portuguesa foi admitida no país, as características de submissão e passividade política foram, de certa forma, incorporadas em grande parte dos integrantes das classes menos favorecidas economicamente, provocando defasagens na participação política, a ponto de gerar posições controversas como a de Sérgio Buarque de Holanda:

“Se a forma da nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do ‘americanismo’, que se resumo até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbação de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano ainda é interiormente inexistente” (HOLANDA, 1976, p. 127).

Da continuidade da tradição lusitana fica estabelecido um núcleo de poder cuja maioria residente no país não está apta à mobilidade social.

“O manto imperial destinava-se a criar a ilusão de um Estado nacional em um país cuja sociedade civil estava dispersa na geografia e história, apoiada

no trabalho escravo, na massa dos trabalhadores considerados de outra raça, outra casta. Uma população impossibilitada de circular em qualquer esfera de poder em que dominava o senhor, o branco, aquele que dispunha de “direitos”. Um manto imperial que dependia da legitimidade emprestada do absolutismo lusitano, dando a impressão de um a continuidade real e imaginária” (IANNI, 1983, p. 189).

Por meio desta organização política, mascarada de “paternalismo” e “bom senso”, o aparelho estatal ficava monopolizado pelos senhores de escravos e grandes proprietários de terra, logo, os fluxos de poder estavam nas mãos de conquistadores, enquanto os territórios e o próprio povo seriam apenas adjetos dessa conquista. As classes dominantes podiam manipular o poder estatal para seus próprios interesses e assim, esconder as desigualdades sociais. Essa disposição explica o autoritarismo predominante na relação Estado e sociedade.

“Toda pesquisa sobre o poder estatal, em si e em suas relações com a sociedade, o cidadão, as raças e etnias, os regionalismos, os grupos sociais e as classes sociais, coloca e recoloca a persistência do caráter autoritário do poder estatal. Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. [...] Tanto os escravos como os livres (negros, mulatos, índios, caboclos, brancos, imigrantes) eram considerados gente de “outra” categoria, condição, raça ou casta. Desde o começo, o Brasil tem jeito de território ocupado; e o povo aparece como povo conquistado. Desde o princípio, os blocos de poder aparecem como arranjos de conquistadores” (IANNI, 1983, p. 211).

No decorrer de nossa historiografia, deparamo-nos após o período colonial com um país agrário, independente, dividido em latifúndio e com uma produção dependente do trabalho escravo e do mercado externo. A lógica instaurada sempre foi ressonância de um raciocínio burguês cuja prioridade era o lucro. Entretanto, por muito tempo a escravatura permaneceu como prática social, limitando a racionalização produtiva e contrariando um dos princípios básicos de economia política, no caso, o trabalho livre.

"Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o 'homem livre', na verdade dependente. [...] Nem proprietários nem

proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande” (SCHWARZ, 1977, p. 16).

Entramos então num ideário, em que muitos escritores vão elucidar suas interpretações sobre o Brasil. O “favor” aparece como um disfarce da violência na ordem produtiva, afetando o conjunto da ordem nacional. Esse padrão de sociabilidade vem da prática da dependência, do interesse, dos serviços pessoais, ou seja, funciona como um mecanismo de exceção às regras. Da mesma forma, essa relação está presente no plano das instituições em que são claras as manifestações clientelistas nas estruturas de poder.

Enquanto categoria, mecanismo de mediação quase universal, o “favor” permeia a formação social do povo brasileiro. No campo das instituições, destaca-se pela defesa dos interesses das elites dirigentes, com a ideia de um Estado que promove o amparo de seu povo, quando na verdade seria um assistencialismo às avessas. O aparato governamental promove a intenção de assistência aos vários setores sociais, todavia, rege a lógica de interesses das classes dominantes, que conservam e ampliam a sua atuação sobre os setores dominados.

Ainda há que se falar no “favor” de caráter tipicamente nacional, sendo reproduzido mundialmente na profícua brasilidade, que é o “jeitinho brasileiro”. Essa categoria aparece como elemento constitutivo de nossa identidade. Um espaço onde residem as relações informais nas práticas cotidianas, apontando resquícios de malandragem, ou melhor dizendo, entre o certo e o errado existe um meio certo.

Na historiografia brasileira do século XX, diversos pensadores estudaram o processo de formação social do povo brasileiro, procurando explicar as práticas que a elite dominante se utiliza para manter sua posição de influência. Na busca em fazer uma sistematização de ideias quanto às relações da política local e nacional, trabalhamos com o sistema político vigente a partir da Proclamação da República em 1889, conclamando a deposição do Império e o surgimento de um novo período na história brasileira.

O ano da Proclamação da República também pode ser datado como um ano de “ausência”. Ausência de povo, de ânimo e de unidade dos vitoriosos. A propaganda republicana, na verdade, pouco permitiu a incorporação popular, o que fica claro no contexto da República Velha com os vícios do sistema que incluíam a qualificação dos eleitores, a interferência indevida do governo, a coação pelas autoridades e a fraude no sistema eleitoral (LESSA, 2001).

Tais padrões vigentes fugiam das propostas para a República: soberania do povo, democracia, governo representativo responsável e federalismo. Embora federalista, o controle político dos governadores sobre os poderes locais e a asfixia dos municípios foram marcantes. O federalismo implantado na República Velha utiliza-se de uma poderosa figura política que é o governador de Estado. Os governadores são eleitos pelas máquinas dos partidos únicos e apoiados pelas oligarquias locais formadas por “coronéis”, não dando espaço para participação política da maioria populacional.

O eleitorado, ao longo de décadas, passou por etapas de seleção. Restrições até com referência à renda dos eleitores já estiveram em vigor no país, configurando assim um sistema eleitoral fraudulento, excludente e seletivo. É evidente que o objetivo principal era aristocratizar o eleitorado. Chega-se à República, como modelo democrático, adotando o sufrágio universal que é praticamente ilusório, já que a maior parte da população ainda se encontrava no meio rural e podia ser controlada pelos chefes locais. Havia uma espécie de “curral eleitoral” permitido por conta de eleições fraudulentas e cuja nova Constituição em 1891 não modifica as relações de poder substancialmente e nem institui uma pontual comunidade política.

O Brasil foi caracterizado por uma cultura política de obediência ao chefe local, como se tivessem sido enraizados os valores de submissão a uma cultura patriarcal baseada na aceitação do mandonismo, o que praticamente anula as formas de participação política de variados grupos sociais. Cabe ressaltar ainda a cultura de personalidade como elemento crucial no processo de formação do povo brasileiro, na qual o apego pelo prestígio pessoal condicionou a ausência de uma moral de culto ao trabalho e de associação, tendo como consequências a falta de organização social e a fraqueza das instituições.

“Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente” (HOLANDA, 1976, p. 30-31).

A partir de tal alegação, constata-se que a família de núcleo patriarcal estrutura a sociedade brasileira desde sua formação pré-republicana e mantém uma relação de dominação sobre as classes subalternas. Essa família, na figura de seu chefe familiar (o proprietário de terras) tem como fundamentos básicos: mando, disciplina e produção. Nesse processo de desenvolvimento, em que a família colonial fornecia as ideias de poder, respeitabilidade e obediência, não há a organização de uma estrutura política compacta, relegando o princípio da autoridade a uma natureza particularista, havendo assim, uma invasão do público pelo privado e do Estado pela família.

O indivíduo não diferencia o domínio da esfera pública da privada e, portanto, a questão política resume-se aos interesses particularistas já que não existem fortes pressões políticas para garantir os interesses comuns. Assim, Sérgio Buarque de Holanda aponta a família proprietária com sua herança rural sendo guia de sociabilidade por conta do patrimonialismo, de modo a submeter Estado e sociedade aos seus objetivos particulares.

Essa complexa relação entre as esferas pública e privada apresenta várias interpretações por inúmeros escritores, sociólogos e políticos. A questão é abordada em diversos ângulos: retrata a história nacional, com a separação entre a esfera pública de um lado e o poder privado de outro. Oliveira Vianna, no clássico livro *“Populações Meridionais do Brasil”*, reporta que os povos de origem colonial como o nosso apresentam duas constituições políticas, sendo uma delas escrita, que está em nossas leis e códigos políticos apesar de não praticada, e outra não escrita, porém viva e esta sim é a que o povo pratica, estando adaptada ao seu espírito. Outro pensador importante das Ciências Sociais, Roberto Da Matta no livro *“Relativizando: uma introdução à antropologia social”*, comenta a existência de uma sociedade dual no Brasil, de maneira similar aos apontamentos já destacados, o autor revela um mundo em que convivem “indivíduos” sujeitos à ação da lei e outro mundo de “pessoas” cujo código é uma mera fórmula distante. Ainda nessa proposta, Antônio Cândido, no ensaio *“Dialética da malandragem”* ao analisar a obra de Manuel Antônio de Almeida, *“Memórias de um sargento de milícias”*, introduz uma dialética da ordem e da desordem, que seria característica do nosso país ao marcar dois movimentos recíprocos: de um lado, uma “flexibilidade” maior; de outro, porém, menor “inteireza e coerência” (SCWHARCZ, 1993). Todos esses modelos elencados até então revelam aspectos de certa passionalidade do brasileiro, predominando um tipo de ação menos polida, menos racionalizada e mais próxima do emocional, o que retoma a famosa tese sobre o homem cordial.

Existe no Brasil uma tensão entre a exigência de equidade representativa e a eficácia governamental. Para uma maior participação é preciso uma reforma política substantiva para efetivar a democracia, dando equilíbrio a capacidade regulatória do Estado, envolvendo a população nas discussões e decisões sobre políticas públicas.

No entanto, é preciso prestar atenção em alguns aspectos sobre a cultura da personalidade, na qual há grande apego pelo prestígio pessoal, o que de certo modo, traria uma ausência de moral e de qualidades ordenadoras. Paralelamente a esse processo, percebemos a fraqueza das instituições e falta de organização social.

Formado dentro dos quadros de uma estrutura familiar de herança lusitana, o brasileiro teria se caracterizado pelo desapego com aquilo que é formal, pela dificuldade em cumprir os ritos sociais que não sejam pessoais e afetivos, e de separar racionalmente as diferenças entre o público e o privado. Afirma Sérgio Buarque:

“a lhaneza no trato, a hospitalidade, e generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças” (HOLANDA, 1976, p. 106-107).

E nessa proposição, o autor de *“Raízes do Brasil”*, quer alegar que por conta da hegemonia de valores familiares e patriarcais, vinculados a cordialidade do brasileiro, a distinção entre o público e o privado é dificultada, o que acarreta uma ausência de espírito democrático na vida política da maioria da população. Por isso, há necessidade em se modificar o panorama dos movimentos de reforma que continuam a se dar “de cima para baixo”, ampliando a formação de uma identidade nacional e assim, desprezar essa mentalidade de passividade política diante de uma elite que se mantém no poder.

As elites no Brasil estigmatizaram um panorama político e social de modo a arrefecer as classes subalternas, mantendo uma condição de subordinação. Numa clara tentativa de desvalorizar o que foi construído no país, a cultura dominante vai se impondo sobre as culturas mais fracas, o que perfaz o poder ideológico exercido pelas elites. O brasileiro, ao

longo de décadas, apresentava um verdadeiro “complexo de vira-latas¹⁰” frente aos países desenvolvidos, ou seja, uma postura de inferioridade advinda de uma manipulação ideológica, o que contribuiu de veras para resignação à austeridade política e a aceitação das reflexões vindas de fora, numa clara dificuldade em pensar o Brasil a partir da sua própria cultura.

Neste tópico buscamos evidenciar a formação política brasileira e a dificuldade em se construir uma identidade nacional com vontade política e representatividade para a massa populacional. As mudanças estruturais trabalhadas na visão de diversos autores, praticamente chegam ao consenso de que os processos são realizados “de cima para baixo”, o que salienta uma estrutura organizacional hierárquica de cunho tradicional. Nosso objetivo, exatamente, é destrinchar o processo de formação oligárquico, demonstrando as táticas usadas para moldar todo um ideário nacional. Passaremos adiante, para a análise do município de Araraquara, que serve de base empírica na comprovação das hipóteses abordadas por meio deste estudo.

1.2 – O poder local: município de Araraquara

O município de Araraquara (foco desta pesquisa) foi palco de um típico caso de coronelismo, que repercutiu intensamente até mesmo em outros estados. O episódio, conhecido como “Linchamento dos Britos”, ocorreu em fevereiro de 1897 e teve grande influência na política local do início do século XX.

O coronel Antonio Joaquim de Carvalho, republicano histórico e chefe político na ocasião foi assassinado durante uma discussão com um jovem sergipano de nome Rosendo de Sousa Brito, da facção política contrária. O coronel atuava junto ao governo do Estado, o que demarca o mecanismo de proveitos recíprocos através do qual se processava a perpetuidade no poder.

¹⁰ **"Complexo de vira-lata"** é uma expressão criada pelo dramaturgo brasileiro Nelson Rodrigues, fazendo alusão à derrota da Seleção Brasileira no Maracanã, na final da Copa do Mundo de 1950. Expressão muito usada para fazer referência a inferioridade sentida pelos brasileiros com relação ao restante do mundo, o que revelaria certo pessimismo no país frente à submissão de culturas dominantes.

“Os detentores do mando estadual tinham os votos garantidos pelo coronel que, em troca, via assegurada a sua supremacia no Município – que, por sua vez, só através dele se beneficiava dos recursos dos cofres públicos” (TELAROLLI, 1977, p. 15).

Rodolpho Telarolli (1933 – 2001), que foi professor em Araraquara discute sobre a formação oligárquica da política do país, trazendo elementos que comprovam o poder das oligarquias como parte de uma trama perfeita para conjugação de uma vida regrada dentro dos municípios. O poder de dominação das elites por meio de fraudes e brechas no sistema condiciona uma situação de estabilidade.

Da fraqueza do município à baixa influência da participação popular, encontram-se as falhas do regime democrático como sendo produto do coronelismo. Havia uma rígida obediência do aparato rural e de outros dependentes aos mandos do coronel por conta de seu paternalismo e influência local, que poderiam vir em formas de favores pessoais de qualquer ordem para quem precisasse de auxílio, ou seja, uma troca simples para um proprietário de terras com boa condição econômica.

O caso do assassinato teve aspecto de uma disputa entre monarquistas e republicanos, já que coincidiu com a época em que se passava o conflito de Canudos¹¹. Sendo que, justamente, quando se tinham manifestações oposicionistas de tal feitio é que ocorriam atos de violência no período que compreende a República Velha.

Rosendo Brito e seu tio que havia sido acusado de cúmplice foram presos. No entanto, a cadeia seria invadida por um numeroso grupo que de lá retiraria e assassinaria ambos de forma brutal. Várias testemunhas viram membros da família Carvalho na liderança do linchamento e estes não foram acusados e/ou sofreram penas, justamente pelo fato de fazerem parte da família de um coronel, ou seja, uma clara manifestação do fenômeno coronelista que não era novo no cenário brasileiro e que contribui para a compreensão de um aspecto da história política do município de Araraquara.

É preciso ainda fazer uma análise histórica quanto ao processo de urbanização, que se caracterizou como uma nova maneira de compreender as demandas e transformações das

¹¹ **Guerra de Canudos** ou **Campanha de Canudos** foi o confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por Antônio Conselheiro. Realizada no interior do estado da Bahia, teve duração de 1896 a 1897.

idades. Araraquara, que é um município do interior do Estado de São Paulo, conhecida como a “Morada do Sol”, a partir da década de 1920 sofreu fortes influências com o novo planejamento urbano. A cidade, ao longo dos anos sofreu processos de vinculação à arte e à beleza estética, sendo estas, acompanhadas de mudanças de cunho político, pelas quais houve tentativas de “mascarar” o trágico episódio do “Linchamento dos Britos”.

“Será demonstrado uma organização da política da cidade com a forte presença do coronelismo, ou seja, de um suporte social do mandonismo caracterizado pela entrega do governo local aos mecanismos espontâneos e restritos de poder. Essas características começam a entrar em processo de transformação, na medida em que se configura a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana a partir da década de 1950 em Araraquara. O desenvolvimento urbano-industrial introduziu na cena política brasileira um número significativo de novos atores sociais. Esse processo mostra-nos que aparentemente estava em curso o trânsito da política oligárquica e tradicional para a moderna e orientada por classes e grupos de pressão. Esse fato irá configurar um conjunto de lideranças políticas que irão transformar, paulatinamente, a relação de poder em Araraquara” (TOLEDO, 2006, p. 20).

Nesse ponto, chegamos a um dos objetivos centrais da pesquisa que é analisar as dificuldades de inserção dos negros em uma sociedade marcada pela divisão de classes, cujos níveis ascensão social são dificultados para as classes menos favorecidas. Retomando o processo de constituição das elites, faremos a discussão sobre a presença dos negros. Explorar o período da República Velha é fundamental para sinalizar a influência da herança escravista, cujo racismo foi marca constante em várias correntes de pensamento que apontavam a inferioridade da raça negra em relação ao restante da população, resultando em proposições para um branqueamento da população a fins de emancipação civilizatória. Sendo assim, a poderosa aristocracia rural ao manipular a massa populacional implanta uma mentalidade sobre raças superiores, em que a família fazendeira seria, parafraseando Oliveira Viana, “a mais bela escola de educação moral do nosso povo”.

Com a abolição da escravidão no Brasil e a inserção dos trabalhadores livres nas lavouras de café dá-se uma mudança nas relações sociais, o que se intensifica em Araraquara com a chegada da ferrovia em 1885, que possibilitaria uma maior facilidade de transporte e comunicação, estimulando assim, a expansão da cidade e a ocupação do espaço urbano, já que os novos trabalhadores livres vão procurar outros meios de trabalho que não sejam por mera subsistência.

No novo contexto político e econômico conquistado pela abolição da escravidão em 1888 e a introdução de trabalhadores livres nas lavouras de café, a ferrovia trouxe uma série de vantagens para a região, principalmente por facilitar o acesso ao principal centro urbano do estado, a capital São Paulo. A revolução operada nos transportes pela estrada de ferro, dinamiza o processo de comunicação e a acessibilidade, ampliando também o fluxo de mercadorias e por consequência a taxa de exportações, embora ainda ser o cultivo do café o grande impulso da economia local, o que causava polêmicas quanto a ocupação e uso dos solos.

Ao fazer uma análise das primeiras intervenções urbanas na República Velha, sobretudo, no município de Araraquara, fica nítido o processo de estruturação do poder por parte da oligarquia fundiária e localista. E nesse contexto, os governadores dos estados em confluência com as oligarquias fundiárias manipulavam as eleições, havendo assim, um pacto entre as elites locais e regionais, perfazendo a prática coronelista da época.

Mesmo com a ampliação dos votos às populações do campo e com o fortalecimento do setor público, a influência dos coronéis era mantida graças ao compromisso com este poder público fortalecido que estava sobre o efetivo controle das oligarquias, ou seja, uma forma de incursão do poder privado no domínio político. Tal poder dos coronéis assentava-se basicamente no controle da propriedade fundiária (estrutura agrária), o que lhes concedia influência sobre as populações rurais.

“Para poder guardar uma perfeita ascendência heril sobre toda essa gente, o senhor rural é forçado a tomar sempre atitudes circunspectas e reservadas, a um tempo moderadas e imperativas. Nestas atitudes é que está o segredo de toda a sua força moral. Esses hábitos de reserva e severidade, impostos aos senhores rurais, acabam, afinal, por formar inteiramente o seu caráter e, com isto, o nosso caráter nacional” (VIANA, 2005, p. 105).

Contudo, com o processo da passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, o sistema do coronelismo foi entrando em defasagem, não sendo eliminado por completo graças ao tradicionalismo que a classe dos senhores de terra detinha com prestígios e influências frutos de épocas passadas.

Tal eliminação só ocorreria em um momento posterior com os efeitos das mudanças institucionais sobre as transformações urbanas, o que acarretaria transformações dentro do

sistema político vigente e culminaria com o fim do coronelismo como prática de poder local, caracterizado como “a morte dos coronéis” nas palavras de Teresa Kerbauy (2000).

Mesmo com as mudanças em relação ao coronelismo, outra prática de alocação de poder e influências entra em vigor de modo incisivo, que é o clientelismo de massas. Ou seja, apesar das mudanças em relação ao padrão político/eleitor, havendo a transição do eleitorado rural para uma maioria de eleitores urbanos, advindos do processo de urbanização, a relação política em que as pessoas recebem proteção e/ou auxílios em troca do voto ainda perdura.

“[...] a crescente urbanização dos municípios do interior, a integração do sistema de comunicação que rompe o isolacionismo interiorano; a presença mais efetiva da aparelhagem governamental, que marca a preponderância do poder público, especialmente no controle da violência e das fraudes eleitorais, e que acaba assim, com a autonomia dos núcleos privados; a participação também mais efetiva do eleitorado; o estabelecimento de novos tipos de relações políticas [...] rompe a mediação exclusiva dos coronéis e fortalece o caráter público da mesma” (KERBAUY, 2000, p. 17).

Considerando a nova cara da realidade política local, com o fim do sistema coronelista, a ampliação das características fundamentais de um regime democrático e a passagem do rural para o urbano, outros intermediários passaram a garantir a fidelidade administrativa, mantendo a relação clientelista entre o governo e a administração local. Ao analisar as grandes famílias do município de Araraquara, percebemos uma história da política associada aos mandos das famílias tradicionais, como os Carvalho, os Barbieri, os Xavier de Mendonça, entre outras. A relação clientelista acaba sendo um meio das camadas mais pobres da população terem acesso ao poder público, mas continua com a manutenção dos mesmos grupos de poder perfazendo a elite dominante.

As lideranças políticas que fazem essa mediação com a população compõem essa relação política clientelista, com a constituição de novos atores políticos na esfera local, o que muitas vezes assume um caráter de corrupção. A relação de troca não é a mesma do “velho coronel”, já que não é mais baseada por conta da posse da terra, mas sim, na posse dos meios de administração. Apresenta novos atores que participam das instâncias decisórias de poder nessa nova realidade política, mas ainda guarda os resquícios de submissão das camadas populares aos membros da administração pública.

Nessa nova realidade, é perceptível a continuidade do chamado “loteamento de votos” no interior de nossas instituições políticas oficiais e das práticas de cunho clientelista. Apesar de já não falarmos mais em coronelismo e mandonismo no sentido que tais fenômenos tinham há décadas passadas, atualmente, é fato a existência de verdadeiros “currais eleitorais”, que são manipulados não apenas nos chamados interior, como também nas regiões metropolitanas e centros urbanos.

O sistema de votação no país, em muitos casos, não tem uma conotação partidária, guardando fundamentos de ordem coronelista ainda, sendo então fixado na pessoa do político e na expectativa de uma troca de favores com o eleitor, em níveis coletivos e/ou individuais. A nova prática clientelista assume uma relação com uma comunidade ou com um tipo de eleitor, em que o eleitorado mantém-se fiel ao seu político, acreditando na figura deste político moderno como sendo o único que pode solucionar os problemas sociais.

Buscamos nesse tópico evidenciar o desenvolvimento de uma elite política advinda de relações verticais dentro da esfera pública, cujos modos de regulação autocráticos dificultam a democratização da sociedade e com isso, a renovação nos cenários políticos e a inclusão de camadas populares com a devida participação de todos os setores sociais não faz jus aos princípios democráticos.

Ao trazer o debate sobre a prática coronelista para o município de Araraquara, é possível perceber a constituição de uma casta elitizada que manipula as relações de poder e inibe a participação popular. A partir do CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO RACIAL E AS TESES SOBRE O BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO, conseguiremos fazer um paralelo sobre a influência da raça nas relações de poder e as dificuldades de inserção dos negros, construindo assim, a ideia sobre as práticas de dominação.

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO RACIAL E AS TESES SOBRE O BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO

Para a continuidade do trabalho é importante fundamentar a história dos negros no Brasil, pontuando suas características e trazendo algumas teses que vão tentar explicar o porquê da condição inferior do negro na sociedade de classes. A partir do embasamento histórico, problematizamos a questão racial em que o racismo aparece enquanto tendência, o que gera uma série de debates numa sociedade cuja miscigenação fez-se presente de maneira intensa.

Buscando-se o entendimento quanto à questão racial no Brasil, principalmente no período pós-abolição diante da inserção do negro, diversas teses surgiram no intuito de debater sobre os preconceitos em voga, as quais muitas delas foram influentes no processo de formação social brasileiro. Algumas dessas correntes de pensamento (positivismo, evolucionismo, darwinismo social¹², culturalismo) vêm a discutir sobre raças e sua relação com o progresso, de modo que, o pensamento social brasileiro é influenciado por teorias sociológicas europeias, referenciando raças superiores e inferiores e colocando o processo de miscigenação como causa do atraso civilizatório no Brasil.

Um dos primeiros estudos sobre os negros vieram com Raimundo Nina Rodrigues, já na última década do século XX, mas sob a inspiração das teorias raciológicas europeias. O autor procurou comprovar a inferioridade negra na perspectiva biológica, por conta do tamanho do crânio, e social, em relação ao nível de desenvolvimento das sociedades negras. As características diferentes levavam a crer que não poderiam desenvolver-se como brancos ou estariam em um estágio atrasado, ou seja, o negro seria caracterizado como inferior. Nina, então, constrói um estudo sobre psicologia criminal brasileira, apontando as modificações que as condições de raça imprimem à responsabilidade penal, o que viria a ser profundamente retocado décadas depois, com severas críticas alegando o racismo por parte do autor.

Sobre a questão racial, temos a obra “*Os africanos no Brasil*”, de Nina Rodrigues, publicada em 1932, que vai analisar elementos biológicos, médicos, penais, culturais e sociais

¹² **Darwinismo social** é um termo que foi popularizado pelo historiador Richard Hofstadter, tornando-se uma tentativa de explicar o darwinismo nas sociedades humanas. Descreve o uso de conceitos de luta pela existência e sobrevivência dos mais aptos, para justificar políticas que não fazem distinção entre aqueles capazes de sustentar a si e aqueles incapazes de se sustentar. Esse conceito motivou as ideias de eugenia, racismo, imperialismo, fascismo, nazismo e na luta entre grupos e etnias nacionais.

das populações descendentes de escravos no Brasil. Buscando respaldo científico na biologia para explicar a inferioridade dos negros, Nina faz o levantamento de suas características físicas e psicológicas tentando alegar o subdesenvolvimento brasileiro como consequência da predominância de mão-de-obra negra, o que serviu de objeto de estudo para diversos autores que puderam ver nessa teoria uma fonte plausível para justificar o estímulo dado ao governo para a imigração de brancos europeus.

Em seu estudo sobre antropologia criminal, Nina faz a comparação de raças antropologicamente diferentes, avaliando desenvolvimento intelectual e moral dos povos, chegando a conclusão de que é preciso haver o elemento social da identidade para consistir o critério da responsabilidade penal e assim os representantes do povo podem punir as ações delituosas a partir de uma sensação comum sobre o conceito de crime, ou seja, haver certa homogeneidade para a compreensão da pena aferida pela imputabilidade¹³.

Utilizando-se de suposta evolução social e mental, Nina pontua as condições de raça como estigmas de responsabilidade penal, ou seja, penas e sanções diferentes para raças diferentes. Negros e mestiços possuíam níveis de consciência de direitos e deveres distintos, isto explica o porquê da oposição no modo de apreciar a criminalidade em povos diferentes, já que seriam desenvolvimentos de sentidos morais distintos entre as raças humanas.

A miscigenação e a relação sexual entre as raças não poderiam ser meios para resolver os males da mestiçagem no Brasil, ao contrário, afirmava ser um meio degenerativo de tratar o social. Assim, com um país onde não pode haver uma troca de dados genéticos e culturais entre as raças, a igualdade deve ser posta como impossível, pois só assim haveria meios para a construção de uma nação forte, imponente e capaz de equiparar-se às potências mundiais. Nina tenta alegar que negros e mestiços são a causa da inferioridade do Brasil em comparação às sociedades europeias, e por isso, não deveriam intervir no destino do país.

As conclusões do conhecido médico resumiam muitas das percepções da época. O Brasil era uma nação peculiar, chamando a atenção não só por conta de sua fauna e flora reluzentes, que deslumbravam os visitantes, mas também quanto a sua composição racial. A miscigenação do país viria a ser tratada como um tema singular e polêmico pela alta

¹³ Em Direito, chama-se de **imputabilidade penal** a capacidade que tem a pessoa que praticou certo ato, definido como crime, de entender o que está fazendo e de poder determinar se, de acordo com esse entendimento, será ou não legalmente punida.

intelectualidade do período. Partindo de tal raciocínio, alguns autores do período entendiam que africanos e mestiços foram obstáculos para o desenvolvimento civilizatório, constituindo nesse modelo analítico uma barreira à formação de uma identidade nacional.

Na esteira das teses que discutiam o branqueamento da população, ainda temos a leitura de Oliveira Viana, que se embasando nos pressupostos de inferioridade do negro e do mestiço, aborda a formação social brasileira em um prisma sociológico. Apesar de não acreditar na formação de uma imensa nação negra, Viana galgava a inferioridade do povo brasileiro como sendo resultante da composição negra, todavia, seria uma condição passageira.

Influenciado pelos estudos de antropologia cultural, Viana prevê as relações de raça como não definitivas, sendo uma situação em processo, por isso, sustenta a tese da “arianização” da população, em que o aumento do sangue de brancos na composição biológica levaria a uma melhora cultural, o que racionaliza o preconceito de cor vigente no país das múltiplas raças.

No entanto, vão surgindo outras teorias raciais no Brasil buscando abandonar o modelo anterior advindo com as ideias de Nina, que basicamente, estavam estruturadas em um “darwinismo social” cujas raças humanas seriam diferentes. Com o aprofundamento dos estudos científicos, a teoria de que a mestiçagem corroboraria para a degeneração nacional não mais é cabível, apesar da questão racial ainda ser o mote de muitas discussões, o que faz jus a expressão “o Brasil se define pela raça”.

O termo “raça” é muito abrangente, havendo uma série de parâmetros para classificar diferentes populações. Quando a designação faz referência ao processo de formação populacional brasileiro, as classificações, geralmente, discutem variedades de raças humanas, levando em consideração aspectos biológicos. Raça permanece como fator decisivo para a formação de um pensamento social brasileiro, por isso, o tema racial aparece como argumento impactante quando se interage um projeto de cunho nacional, sendo assim nas palavras de Lilia Schwarcz:

“Raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos

reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada” (SCHWARCZ, 1993, p. 242).

Em outro viés, Gilberto Freyre, autor da clássica obra “*Casa Grande e Senzala*”, publicada em 1933, analisa o processo de formação da sociedade brasileira, dando um novo enfoque a questão racial, já que desmistifica a imagem do negro e sua inferioridade de raça ao dar um posicionamento distinto quanto aos ideais de branqueamento da população e isolamento da cor negra da nação. Os modelos raciais de análise social – como o arianismo que ganhava força na Alemanha –, vinham sendo combatidos no Brasil nas esferas políticas e científicas, contudo, persistiam ainda no ideário popular por conta do estigma de raça.

Ao voltar-se para o culturalismo de Franz Boas¹⁴, o autor pernambucano reedita a temática racial e trabalha a problemática da cultura brasileira, transformando a negatividade do mestiço em positividade, pontuando então, uma identidade na miscigenação, uma unidade na diversidade que torna o Brasil único. Freyre toca na relação dinâmica entre negros e brancos, dos contatos íntimos, relações amorosas, evidenciando as relações que aproximavam os negros de seus senhores. Promovendo então, novas perspectivas sobre o negro, a colonização, as teorias sociológicas até então vigentes e quanto às mudanças com a abolição da escravatura. Sendo assim, é instituída uma ideia de “igualdade de raças”, dando nome a expressão “democracia racial”, cunhada por Roger Bastide¹⁵.

Em ressonância com esses apontamentos, nos anos 1930 há uma tentativa do Estado adotar a ideia de país racial e culturalmente miscigenado. A proposta era transformar o conceito de homem brasileiro, e nesse sentido, os adjetivos depreciativos que eram inerentes aos mestiços foram substituídos pela ideologia do cidadão trabalhador, buscando a partir das noções elaboradas por Freyre (1933), dirimir os conflitos raciais e as condições de classe.

No entanto, esse modelo não foi conclusivo para romper com o paradigma de inferioridade de raça e destituir as reminiscências escravistas e o preconceito. Serviu para

¹⁴ Antropólogo, **Franz Boas**, nascido nos Estados Unidos é considerado por diversos autores o antropólogo mais influente de sua época, tendo contribuído para a consolidação da Antropologia como ciência, bem como para o nascimento do conceito moderno de “cultura”, que é um dos seus principais objetos.

¹⁵ O sociólogo **Roger Bastide** nasceu na França e foi professor na Universidade de São Paulo, apresentando vários estudos sobre as religiões Afro-brasileiras. Além disso, foi orientador de Florestan Fernandes em muitas de suas pesquisas.

amenizar, de certo modo, “maquiar” as relações discriminatórias. O negro não conseguia integrar-se à sociedade plenamente como cidadão brasileiro e continuava “marginalizado”, numa sociedade que não estava pronta para acolhê-lo e onde a competição de ordem capitalista, com divisão de classes sociais, continuava sendo injusta. Quando Freyre nega a inferioridade racial, gera condições para um preconceito obscurecido, já que o negro em escala é nivelado por baixo e suas condições de ascensão social são dificultadas.

Por sua vez, o sociólogo Florestan Fernandes (1965), ao tratar da questão racial, traz as discussões da democracia, das dificuldades de ascensão social do negro e do racismo, alegando que as relações sociais são camufladas pela ideologia da democracia racial, ou seja, o brasileiro continua racista e agora tem preconceito de ter preconceito. Nessa lógica, há uma rejeição do negro pelo branco e vice-versa, sendo que a integração do negro é permeada de discriminação, a imagem criada acerca de sua raça e cor dificulta sua inserção na nova ordem social em que regem os princípios do capitalismo, com disputa por espaço de trabalho e divisões em estratos sociais.

As argumentações de que não existiria preconceito entre raças justificadas com o fim da escravidão, a Proclamação da República e a tese da democracia racial foram contestadas por Florestan, já que o fato do negro poder vencer na vida e comprovar sua capacidade, não o livra do estigma da raça e da noção de inferioridade mentalizada pelos brasileiros, muitas vezes inconscientemente. Ao tratar da questão racial no Brasil, o sociólogo sintetiza toda uma situação na qual as relações sociais são obscurecidas por um modelo não oficial do Estado que buscava enaltecer a mistura racial aqui existente. Entretanto, o negro, que por séculos nem existia como cidadão, continuava a mercê de uma sociedade historicamente desigual e racista, sem condições materiais dignas de sobrevivência, e nessa proposição, a democracia racial seria um mito em uma sociedade cuja igualdade de raças nunca existiu.

A situação formada ainda no século XX proporcionou um rearranjo das práticas racistas nos dias atuais. Configurou-se no Brasil um racismo único, do tipo mais velado, plástico, mole e constantemente readaptável. Ficam evidentes os resquícios de tal processo, sendo que até no linguajar e em ações não pensadas a discriminação se expressa e por isso, a importância em se trabalhar com questões de representação e participação política da raça negra. A partir dessa alegação, vem sendo motivo de inúmeros debates o estudo das relações étnico-raciais na educação, abordando a questão da lei de cotas como meio de inclusão social,

o que contradiz o mito da democracia racial e pode fortalecer a identidade do negro, apesar das inúmeras controvérsias.

2.1 – Desvendando o mito da democracia racial

Sobre o problema dos negros no Brasil existem diversas análises produzidas por autores estrangeiros e nacionais. Todavia, o estudo sobre os negros veio a partir de princípios e valores sob uma ótica predominante europeia, o que dificulta a compreensão da real situação vivida destes. É preciso haver uma consciência histórica e sociológica nacional da situação do homem de cor brasileiro.

Ao retomar a ideologia proposta nos anos 1930, com a proposta da ideologia de trabalho, percebemos que o contexto era favorável para a manutenção de uma classe elitizada, sobretudo branca, e não para solucionar as demandas dos conflitos raciais e de classe.

No momento em que Freyre (1933) oferece uma carteira de identidade aos brasileiros, há uma transformação radical do conceito de homem brasileiro. Embora reconhecer que houve certo preconceito racial, argumentava que a diferença de classe era a chave da distancia social no país, ou seja, havia oportunidades para todos e condições de mobilidade social, o que só serviu para aprofundar as diferenças já que os negros passaram a não ter consciência da sua posição e não se reconhecerem enquanto tal.

A sociedade brasileira passava por grandes transformações com a mudança da economia de escravista para capitalista, com a transição para o regime republicano e com o incentivo a imigração europeia para solucionar o problema de mão-de-obra. Antes da abolição, apesar de mais da metade da população não ser considerada branca, a intelectualidade do país aceita as ideias racistas europeias, mas com o acirramento dos conflitos sociais a situação se modifica e a elite branca brasileira, que sempre aprendeu a ver os negros como inferiores, manipula o contexto e articula os elementos para forjar sua própria ideologia racial.

A questão do preconceito entre raças passa a ser encarada de outro modo a partir do momento em que a elite branca afasta as antigas premissas europeias de degeneração dos sangues mestiços e da natureza inata das diferenças sociais. Além disso, no novo cenário, alguns indivíduos negros tinham oportunidades de pertencer a elite do país, o que vai mascarar a real natureza das relações raciais no Brasil, gerando uma série de interpretações sobre a problemática da “democracia racial” que passava a vigorar no país, como pontua Emilia Viotti:

“É óbvio que os brancos beneficiaram-se com o mito. Mas também é verdade que os negros beneficiaram-se igualmente, embora de uma maneira mais limitada e contraditória. A negação do preconceito, a crença no “processo de branqueamento”, a identificação do mulato como uma categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca tornaram mais difícil para os negros desenvolver um senso de identidade como grupo. De outro modo, criaram oportunidades para alguns indivíduos negros ou mulatos ascenderem na escala social. Embora socialmente móveis, os negros tinham entretanto que pagar um preço por sua mobilidade: tinham que adotar a percepção que os brancos possuíam do problema racial e dos próprios negros. Tinha que fingir que eram brancos. Eram negros “especiais”, “negros de alma branca” – expressão comum empregada pelos brasileiros da classe superior branca sempre que se referiam aos seus amigos negros”(VIOTTI, 1999, p. 375).

Nessa proposição, a natureza de um mito de democracia racial não seria criação propriamente de uma elite branca superior, pois negros também puderam ascender em escala social. O que se percebe é que muitos negros do período compartilhavam das ideologias da época e, por fazerem parte de uma elite, podiam comprovar a democracia racial. Como exemplo disso, um episódio clássico de tensões raciais intrínsecas ao cenário brasileiro é a referência de Joaquim Nabuco ao escritor Machado de Assis, mostrando que o preconceito é arraigado a casta elitizada. Nabuco, que era branco, em um escrito seu, corrige a gafe de chamar Machado de “mulato”, considerando a palavra de maneira pejorativa, já que Machado era membro da elite intelectual.

No Brasil, como já visto no CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DAS ELITES NO BRASIL COLÔNIA E NA REPÚBLICA, o monopólio dos meios de produção e as condições de ascensão política e econômica quase sempre foram exclusividades de uma elite

branca. Nessa conjuntura, a maioria populacional (e nessa gleba, a maioria dos negros), funciona como clientela de uma elite branca. Ou seja, os sistemas de clientela e patronagem dão as bases para o entendimento do mito da democracia racial no país. Através destes institutos seria dada a possibilidade de mobilidade social cuja palavra de ordem pertencia aos grandes senhores de capital e/ou terras, em resumo seriam fazendeiros, burocratas e comerciantes, em sua maioria brancos.

Havia limitada oportunidade de participação política e econômica para as massas, sendo assim, negros livres só podiam ascender na escala social quando houvesse autorização dos membros da elite. Uma classe social composta em sua maior parte por brancos jamais admitiria que a discriminação racial fosse estereotipada no negro enquanto figura negativa. Deste modo, podiam ao longo dos anos aceitar alguns negros e mulatos para compor a casta elitizada, como foi o caso de Machado de Assis, que adquirira o *status* de membro da comunidade branca.

Numa sociedade miscigenada como a nossa, o problema ainda é colocado de outra forma: como definir o que é ser negro no Brasil? O próprio movimento negro vem apresentando dificuldades para recompor suas manifestações culturais, que na maioria das vezes já apresentam o toque da brasilidade. O samba, por exemplo, que em suas raízes deriva de uma dança africana, logo adquire título de música brasileira e, sob essa ótica, havia forte tendência em integrar as manifestações produtivas ao discurso do nacional, perfazendo um processo de ressignificação cultural cujos próprios negros vão se definir como brasileiros, ajudando a acobertar os conflitos de raça ao se reconhecerem dessa forma.

A construção de uma identidade nacional mestiça dificulta o entendimento sobre as fronteiras de cor (ORTIZ, 1985). Indivíduos de diferentes grupos de cor e classes sociais distintas são ligados a uma mesma “etnia”, o que em termos de significado seria um grupo de indivíduos que têm uma certa uniformidade cultural, participando das mesmas tradições, conhecimentos, técnicas, habilidades, língua e comportamento. Mas em termos de natureza concreta, apresenta aspectos singulares pela identificação do brasileiro à qualidade de povo miscigenado e multicultural.

“É essa representação mestiça do país que de negativa se transforma em exótica, de científica se modifica em espetáculo. Não é à toa que nos cartões-

postais o Brasil é ainda apresentado como um país multicolor. Se o futuro do país é alvo de outros tipos de apreensão, persiste certa representação racial da nação, herdeira das primeiras discussões do século” (SCHWARCZ, 1993, p. 249).

O combate ao mito da democracia racial pôde dar subsídios ao movimento negro para a reivindicação de políticas públicas voltadas para a população negra, impulsionando a formação de um sistema que reconhecesse o negro como elemento formador da pátria. Ao mesmo passo que se questiona o mito, também se problematiza a naturalização dos fenômenos sociais, que é marca de uma sociedade estratificada. E nesse ponto, existe a dificuldade em diferenciar o racismo de qualquer outra forma de discriminação, porque a definição é firmada no começo do século XIX , sendo que:

“O principal chão do pensamento racista brasileiro, àquela época, nada mais era que uma adaptação do chamado ‘racismo científico’, as doutrinas racialistas que pretenderam demonstrar a superioridade da raça branca. Se é verdade que cada racismo tem uma história particular, a ideia de embranquecimento é certamente aquela que especifica o nosso pensamento racial” (GUIMARÃES, 1995).

Essa ideia do que seria racismo foi o cerne da naturalização das desigualdades já que da sua negação fundamenta-se a falácia de uma sociedade em que não existe discriminação racial, construindo os alicerces para que o termo “democracia racial” ganhasse força e o racismo continuasse sendo um tabu.

2.2 – O imigrantismo e as relações de trabalho

A partir das discussões propostas pelas teses de branqueamento da população, faz-se fundamental pensar nas questões imigratórias que foram cruciais na composição étnica do país. No decorrer da segunda metade do século XIX, a abolição do regime de trabalho escravo e a instauração do regime de trabalho assalariado constituem os primórdios da formação do proletariado rural, apresentando grande incentivo à mão-de-obra imigrante.

Do relacionamento entre Estado e mão-de-obra agrícola, tem início a história da proletarianização do trabalhador rural sob a égide de um complexo sistema de separação entre a propriedade dos meios de produção e o controle da força de trabalho. A abolição vem acompanhada da República e traz em sua estrutura os moldes de uma sociedade hierárquica envolta por distintas formas de organização das relações de produção. Um contexto que não deu qualquer amparo aos negros, lançando-os numa ordem social competitiva cujo mercado de trabalho priorizava o trabalhador branco.

Cerca de meio milhão de escravos foram emancipados, passando a compor a categoria de trabalhadores livres. A abolição da escravatura em 1888 também foi crucial para que se acentuassem as correntes imigratórias, já que a constituição do trabalho livre deixa de ser empecilho ao processo de imigração, ampliando a oportunidade de entrada dos imigrantes no país. Baseando-se em teses racistas de que em termos funcionais e econômicos o ex-escravo seria inferior ao trabalhador estrangeiro, houve forte estímulo às correntes imigratórias.

Chama atenção o período de 1850 a 1888, que mesmo apresentando uma luta contra a escravidão, ainda havia grande incentivo à imigração, sobretudo, europeia. Surgiram no período, formulações de teor étnico-racista, buscando justificar a necessidade de imigração europeia em substituição ao trabalhador negro e, a partir daí, novas leis e medidas vão incentivar esse fluxo de imigrantes, o que justifica o fato do trabalho assalariado ser composto majoritariamente por imigrantes até o final da República Velha. Vejamos os dados como segue na tabela:

Tabela 1: Entrada de Imigrantes Europeus no Brasil (1851 - 1900)

Períodos		Entrada de europeus
1851 - 1860	(proibição do tráfico)	121 747
1861 - 1870	(Lei do Ventre Livre)	097 571
1871 - 1880	(movimento abolicionista)	219 128
1881 - 1890	(Abolição total)	525 086
1891 - 1900	(apogeu da imigração europeia)	1 129 315
1851 - 1900	2 092 847

Fonte: Morais, Octávio Alexandre de. *Immigration in to Brazil: a statical statement and related aspects*. The Catholic University of America Press, 1957; apud Moura, 1988, p. 53.

O que se percebe é um processo de desagregação do sistema escravista ao mesmo tempo em que se acelera o ritmo de entrada de imigrantes, ou seja, a importação de imigrantes brancos seria para substituir a mão-de-obra escravizada. No processo de abolição do regime escravista, houve preferência pelo trabalho imigrante, principalmente por parte dos senhores de café, que buscavam uma saída para o entrave do desenvolvimento econômico. A relação entre abolicionismo e imigrantismo, a princípio, é baseada na lógica de que o progresso econômico viria com o branqueamento racial; uma ideologia amplamente aceita entre a classe dominante para inferiorizar não só os negros, como também, a maioria dos brasileiros.

“A consequência da abolição é o desamparo do negro ao ser lançado numa ordem social competitiva – dado que não só os senhores de escravos ficaram isentos de qualquer tipo de responsabilidade para com o negro liberto, assim como o próprio mercado de trabalho mostrava-se fechado a esses novos agentes – como se deparou com uma situação em que ele tornava-se [...] responsável por si e por seus familiares, sem que dispusesse dos meios materiais ou morais para sobreviver numa nascente economia competitiva” (SOUZA, 2003, p. 54).

Em geral, as condições de vida dos imigrantes eram muito melhores do que a dos negros libertos. No mercado de trabalho, a preferência era por europeus ou brasileiros brancos, principalmente nas fábricas, que evitavam ao máximo o contato com negros, deixando-os à mercê de trabalhos informais. Os assalariados imigrantes viviam nas regiões mais prósperas do Estado, tinham os melhores empregos e até mesmo conseguiam chegar a condição de grande proprietário, enquanto os negros libertos residiam nas partes mais pobres e com salários bem menos rentáveis.

Durante todo o século XIX e boa parte do século XX, o Brasil foi um país de vocação essencialmente agrária, cuja economia primária exportadora domina o contexto social do país de modo quase absoluto até 1930, quando tem fim a República Velha. Somente após a Revolução de 1930, o capitalismo é afirmado como um modelo de Estado impulsionado pela industrialização.

A partir dos atos intervencionistas de Vargas, no intuito de minimizar a crise econômica, forma-se uma nova fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, modificando as relações duais entre Estado e economia e também entre capital e trabalho, com a regulamentação da força de trabalho e a reorganização das relações de produção.

Muito antes de serem iniciadas as discussões sobre ações afirmativas, o que veremos no CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL, Vargas em 1931 implementa a Lei de Nacionalização do Trabalho, prevendo um mínimo de dois terços de brasileiros natos para trabalhar em empresas comerciais e industriais. Essa medida governamental ajuda a entender uma das hipóteses abordadas no decorrer deste trabalho.

Com a promulgação do Decreto n.19.482/30 muitas discussões vieram recheiar a arena da Constituição Trabalhista. O Decreto ficou conhecido por Lei dos Dois Terços, já que propunha assegurar a citada taxa de brasileiros natos nos quadros de funcionários de empresas, e deste modo, a polêmica girou em torno da acusação de preconceito para com imigrantes estrangeiros. Em contrapartida, certos grupos defenderam a importância da lei para o trabalhador brasileiro nato, sobretudo negros e mestiços que vinham apresentando dificuldades de trabalho frente a concorrência do imigrante europeu.

Em tese, a lei beneficiaria todos os brasileiros natos, entretanto, são os brasileiros brancos aqueles que mais se beneficiariam. Os negros, mesmo estando inseridos na classe trabalhadora, ocupavam os cargos mais subalternos e pouco tiveram acesso aos cargos administrativos em geral, que em disparada maioria, pertenciam aos membros da comunidade branca.

Esse cenário de conflitos dá bases para ideologias que sustentam um modelo democrático de Estado, justificando que as mudanças ocorridas na sociedade brasileira ao longo do século XX, no caso, os processos de urbanização, industrialização e o próprio desenvolvimento capitalista, seriam os reais motivos para o racismo dos brasileiros brancos, haja vista o aumento dos conflitos sociais e da competição por espaço de trabalho.

Um dos primeiros sociólogos a comparar sistematicamente negros e brancos em São Paulo foi Florestan Fernandes (1965). Segundo ele, nenhuma instituição, nem mesmo a Igreja ou o Estado, assumiu a responsabilidade pela integração do negro nessa nova ordem social como trabalhador livre. Os senhores de escravos na preferência pelo trabalhador branco, não foram influenciados a mudar de postura e, nesse panorama, a Lei dos Dois Terços foi positiva por intervir no mercado de trabalho clamando a participação de trabalhadores nacionais, mas deixou em suspenso ainda o debate sobre a preferência do trabalhador branco aos antigos escravos, implicando um raciocínio de senso comum em que qualquer fracasso em termos desenvolvimentistas seria fruto da escravidão.

O surgimento de uma ordem social competitiva coloca os negros numa condição subalterna frente aos outros brasileiros, podendo ascender socialmente apenas com brechas dentro do sistema por conta de algum crescimento econômico. Florestan vai além, ao pontuar que eles não estavam nem estrutural nem funcionalmente ajustados às condições dinâmicas de integração dessa nova ordem, justificando assim, certa dificuldade para adaptação às cidades e para pensar e agir enquanto homem livre.

Tal conjectura só apresenta uma mudança significativa nos anos 1930 com o Governo Getúlio Vargas e sua proposta de nacionalização da força de trabalho. Além disso, a guinada das demandas urbanas e o processo de industrialização aceleraram a competição social, mas também deram condições ao movimento negro de realçar a crítica aos preconceitos sofridos. O nacionalismo muda a forma de tratamento com os imigrantes estrangeiros, priorizando os trabalhadores residentes do país, ampliando seus direitos enquanto cidadãos, e assim, beneficiando os negros brasileiros.

O despertar do movimento negro é resultado da sociedade competitiva que revelava seu caráter preconceituoso ao dificultar a integração dos negros no cenário capitalista. Graças a adoção da Lei de Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato (lei dos dois terços) e a Lei Afonso Arinos de 1951, que transforma a prática de racismo em contravenção penal, o trabalhador negro veio aos poucos adentrando no mercado de trabalho, podendo afirmar-se como cidadão e homem livre.

Ainda há que se ressaltar o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) em 18 de junho de 1978, que se estabelece como uma forma de resistência da população negra, combatendo todas as manifestações preconceituosas e discriminatórias contra afrodescendentes, empenhando-se na organização da luta pela libertação do povo negro.

Em linhas gerais, pode-se dizer que existiu e ainda existe no Brasil uma tentativa das classes dominantes de negar a importância da raça enquanto requisito fundamental para explicar as desigualdades sociais. Séculos de escravidão carregaram atitudes e preconceitos em relação aos trabalhadores, identificando um sistema de privilégios que agraciam negros e brancos de modo desigual.

Retomando a discussão inicial do capítulo sobre a composição do trabalho assalariado perpassamos para a questão da propriedade. É correto dizer que, ao contrário do ocorrido com os negros, os imigrantes em geral assumiram uma posição importante como proprietários e

produtores de café, ainda na década de 1920. Nessa época, em municípios como Araraquara, os proprietários brasileiros ainda eram minoria. Para os negros, a situação ainda seria mais difícil, o que será trabalhado no **CAPÍTULO 3 – A INSERÇÃO DOS NEGROS NA POLÍTICA LOCAL: DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**. Remontando a história do município veremos o processo de empoderamento das elites locais e os problemas relativos às camadas populacionais mais pobres, compostas em grande medida por pretos e pardos, como será comprovado pelos dados socioeconômicos.

CAPÍTULO 3 – A INSERÇÃO DOS NEGROS DA POLÍTICA LOCAL: DADOS SOBRE O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

A opção em trabalhar com a ascensão social e política dos negros gera um alto grau de diversificação no que se refere aos argumentos que buscam comprovar a parca condição econômica e baixa participação política, por isso, a pesquisa segue uma sequência como proposta metodológica. Em um primeiro momento, para tratar do desenvolvimento social elitista são feitos estudos acerca do poder local, com as discussões sobre coronelismo e clientelismo. Em seguida, é importante contextualizar a história dos negros no Brasil, buscando o entendimento sobre a sua condição desfavorável na sociedade de classes. Somente a partir disso, entramos na discussão sobre a inserção dos negros no cenário político-social, apontando avanços graduais com as políticas públicas de inclusão, dando enfoque, sobretudo, ao contexto do município de Araraquara-SP.

Analisar a relutância para a inserção dos negros na elite dominante do país e apontar seus contratempos em participar do cenário político e dos altos cargos da administração pública são objetivos da pesquisa. Para tanto, temos a hipótese de que as práticas da elite dominante brasileira para se perpetuar no poder dificultam o acesso da população negra aos cargos administrativos.

Está colocado que as práticas de coerção e até mesmo fraudes no sistema por parte das elites dominantes são meios de coibir a adesão das camadas populares na política, somando-se a isso, o mito da democracia racial é debatido como camuflagem de um preconceito às escuras, que pode ser justificado pelo estigma de raça inferior advindo desde os tempos em que o negro estava submetido ao trabalho escravo.

Nos primeiros capítulos foi recorrente o uso de obras consagradas da literatura histórico-política brasileira para dar o enriquecimento teórico e remontar épocas passadas, já que essa contextualização dá suporte para apresentar as origens do preconceito racial e da própria estrutura de dominação que mantém as classes subalternas como vítimas do sistema.

Em primeira impressão, a impugnação sobre o período da República Velha e as teses raciais ainda do início do século XIX podem soar como um atraso para o debate da questão racial como se coloca nos dias atuais. No entanto, é oportuno para os propósitos da pesquisa, já que a nossa hipótese remonta a constituição de uma elite que manipula a lógica do sistema

a seu favor, consegue se manter no poder, institui elementos de dominação e estabelece um tipo peculiar de relação entre raças. Essa série de fatores servem para justificar os motivos dos negros não conseguirem e não conquistarem as mesmas posições que os brancos na mesma proporção.

Os próximos tópicos deste capítulo vão tratar especificamente sobre o município de Araraquara, planejando comprovar as teses até aqui elencadas. Portanto, faremos uso de fontes, tais como: obras literárias sobre a política local, dados socioeconômicos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dados extraídos de documentos da Câmara e da Prefeitura Municipal.

3.1 – O empoderamento das elites locais

Para trabalhar a discussão sobre o município de Araraquara e analisar as condições de inserção dos negros no cenário político e social, recapitulamos o processo de desenvolvimento das elites no município. Para tanto, retomamos a análise das relações de poder para justificar nossa hipótese de que as práticas de alocação de poder e recursos por parte da elite dominante afastam a participação efetiva das camadas populares e, deste modo, a maioria da população negra apresenta dificuldade de ascensão social e política, como veremos ainda pelos dados que serão apresentados nos próximos tópicos.

Do ponto de vista histórico-econômico, na 1ª metade do século XIX, as grandes propriedades rurais, características deste século, ainda não tinham sido atingidas pelo surto cafeeiro. Os produtos até então cultivados eram cana-de-açúcar, algodão, fumo, milho e alguns outros cereais. Os rebanhos eram constituídos em sua maioria por suínos e bovinos. A maior parte da produção servia para abastecer os estabelecimentos comerciais. Até que em meados de 1850, a plantação de café substitui a de cana-de-açúcar e cereais, tornando-se o produto de maior importância na economia local.

Como resultado do auge do ciclo do café na região, citamos Carlos Leôncio de Magalhães, mais conhecido como Nhonhô Magalhães, que foi um dos maiores fazendeiros de

café do Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Nascido em 1875 em Araraquara, filho de rico fazendeiro, Nhonhô é um exemplo clássico de grande proprietário. Uma de suas fazendas localizada em Nova Europa, conhecida como Fazenda Itaquerê, foi concebida como a fazenda modelo da região por apresentar maquinário importado e grande acessibilidade. Além disso, seus investimentos ultrapassam a produção de café, tendo investido em gado, cana-de-açúcar, setor de transportes e ainda influenciado muito na política local.

Compreender bem as relações de poder no município significa retomar a história política nacional, percebendo o empoderamento das elites locais, sobretudo, no período da República Velha, cuja marca repercutida por todo o Estado de São Paulo é o episódio do Linchamento dos Britos que influenciaria toda a política do município de Araraquara ao longo do século XX.

A República Velha, enquanto período de forte influência do passado escravista conservou concepções racistas apontando a inferioridade do povo brasileiro, precipuamente do povo negro. Sob essa ótica, foram empreendidas políticas imigratórias pautadas num pensamento étnico-racista cujo branqueamento da população serviria para o melhoramento da raça. O Brasil torna-se então, um dos grandes centros mundiais em absorção de mão-de-obra estrangeira.

Nesse contexto, o município de Araraquara vivia um processo de transformação do seu espaço fruto de uma expansão da economia cafeeira. Antes da consolidação dos espaços urbanos, houve aprimoramento de uma infraestrutura da região agrária, o que vem a possibilitar a prática de novas atividades vinculadas à produção do café, diferenciando o uso e a ocupação do solo no interior do Estado de São Paulo.

A guinada econômica e a estruturação do interior paulista advinda com a economia cafeeira foram condições para o avanço do processo de urbanização. A transformação do espaço em Araraquara é estimulada com a chegada da ferrovia em 1885, que imprime um novo ritmo de desenvolvimento, ampliando o crescimento da cidade e auxiliando nas demandas geradas pela economia cafeeira.

Ademais, a expansão do complexo cafeeiro no município dinamiza a economia e influencia vários setores, tais como: a maior entrada de imigrantes no país para atuar como mão-de-obra assalariada, a construção de equipamentos urbanos para dar suporte ao transporte ferroviário, o início do Plano de Melhoramento Urbano para embelezar a cidade, e por fim, a constituição de um espaço urbano adequado ao processo de industrialização.

Como já trabalhado no CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DAS ELITES NO BRASIL COLÔNIA E NA REPÚBLICA, o processo de passagem do rural para o urbano, iniciado na década de 1950, a princípio não foi suficiente para eliminar o tradicionalismo e o coronelismo enquanto práticas de poder local, só ocorrendo sua eliminação em um momento futuro com as mudanças institucionais sobre as transformações urbanas.

Entretanto, engendrado no propósito egoísta de manutenção do *status quo*, a classe dominante passa a estruturar-se por meio de relações clientelistas, realocando a distribuição de recursos, poder e influência, sendo assim, o clientelismo surge como opção à substituição do modelo coronelista e firma-se como relação política substancial para o comando político do Estado.

No momento em que se estabelece um novo tipo de relação política, dá-se a ruptura da mediação exclusiva dos coronéis e o fortalecimento do caráter público. Por meio da institucionalização da autoridade do governo municipal e do rompimento com o antigo padrão de isolacionismo interiorano, teremos uma maior participação eleitoral. Ademais, paralelamente a esse novo cenário de mudanças na relação político/eleitor, vinham ocorrendo a implantação de melhorias na infraestrutura urbana e nas condições de mobilidade social; fatores estes, que serão refletidos na modificação do fluxo populacional a partir da década de 1950, em que a população de Araraquara torna-se efetivamente urbana.

O coronelismo, enquanto rede complexa de poder utilizava-se do isolacionismo e do sistema público desorganizado para legitimar a autonomia dos coronéis e assim, podia manter o controle eleitoral. Quando Araraquara sai da condição de município isolado, passando por um processo de urbanização, a figura do coronel perde espaço como grande controlador de terras e símbolo da autonomia do direito privado.

O novo cenário de fortalecimento do poder público com as mudanças institucionais gera condições para ascensão de famílias empresariais, tais como os Lupo e os Barbieri, originárias de imigrantes italianos. Famílias como essas conseguem grande prestígio político frente ao eleitorado graças às mudanças estruturais do município, o que sustenta a hipótese principal da nossa pesquisa. Mesmo havendo certas modificações estruturais no cenário político municipal são sempre os membros de uma oligarquia que detêm capital e meios de influência que vão preponderar nas posições de comando do Estado, mantendo o mesmo *status quo* e dificultando sempre a ascensão social e política de setores mais pobres.

Do processo de modernização aparecem modificações no quadro de lideranças do município, mas a lógica elitista se mantém. Araraquara começa a ser destaque tanto no polo econômico quanto no polo político, ampliando ainda mais sua estrutura urbanística entre as décadas de 1970 e 1980, conseguindo chegar à situação de polo regional do Estado.

Com as mudanças nos mecanismos de economia e política, que ampliaram os segmentos sociais na segunda metade do século XX, percebe-se a instalação de novos equipamentos urbanos buscando a expansão econômica e a superação de problemas sociais. Podemos perceber o município de Araraquara como um grande exemplo das transformações ocorridas a partir da profissionalização das antigas elites políticas e da emergência da autonomia político-administrativa conseguida após a Constituição de 1988, que consagra mudanças no quadro institucional e na relação com os direitos civis.

Graças à incorporação de uma agenda negra na política brasileira, conquistada a partir do processo de redemocratização do país, foi possível ampliar a luta pelo respeito às liberdades civis. A Carta Magna de 1988, nesse sentido, é diligente ao examinar aspectos da cidadania entre raças. Como forma de reconhecimento da singularidade da cultura e dos interesses dos negros brasileiros é criada a Fundação Palmares¹⁶ no governo Sarney, construída a partir da luta do movimento negro nas décadas anteriores buscando uma política cultural igualitária e inclusiva, e que valorize as manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

Como resultado dessa luta por direitos, em 5 de janeiro de 1989, o presidente sanciona a Lei nº 7.716, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, assim, o racismo passa a ser criminalizado e deve ser combatido. Apesar disso, ainda continua em aberto a questão racial sobre aspectos sociais, regionais e culturais, na medida em que a história do Brasil parece estar associada ao conflito entre raças.

¹⁶ A **Fundação Cultural Palmares** é uma entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 e tem como preceitos constitucionais o trabalho com os segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira, assim como, a luta pelas manifestações afro-brasileiras.

3.2 – O Baile do Carmo e as conquistas do movimento negro

Sobre movimentos sociais envolvendo grupos negros, citamos Renato Ortiz:

“O problema com que os movimentos negros se deparam é de como retomar as diversas manifestações culturais de cor, que já vem muitas vezes marcado com o signo da brasilidade. Uma vez que os próprios negros também se definem como brasileiros, tem-se que o processo de ressignificação cultural fica problemático” (ORTIZ, 1985, p. 44).

Quando o assunto é a questão racial em Araraquara, logo vem à tona a famosa confraternização conhecida como o Baile do Carmo, detendo ainda a alcunha de “baile dos pretos” ou “dos coloridos”. Tal baile, inicialmente era mal visto pela sociedade. Começou como uma simples reunião dos negros da região, até tornar-se parte da agenda cultural do município e conquistar espaço regional.

O atual presidente do Baile do Carmo, Daniel Costa, relata que a má fama do baile foi adquirida em 14 de julho de 1888, quando em dada situação decorre a história da morte do negro Damião. Os senhores de engenho matam o negro, alegando que o baile era um desrespeito aos princípios religiosos da época. O episódio carregou de modo negativo a imagem da confraternização e trouxe uma conotação de violência ao povo araraquarense do período em questão.

Há uma grande dificuldade para compreender os caminhos que os negros traçaram na história dos municípios do interior paulista. Em Araraquara, por exemplo, a grande maioria dos registros sobre o município não retratam a presença da população negra, fruto ainda de resquícios de um passado escravista e do estigma de raça inferior.

Partindo desse pressuposto, é de uma importância imensurável contextualizar o Baile do Carmo enquanto símbolo de resistência, organização e estruturação do povo negro em Araraquara, assim, podemos analisar as manifestações culturais que foram negligenciadas na historiografia local por conta de preconceitos. O baile retrata a construção de um espaço para os negros com um sentido de sociabilidade e fortalecimento de sua cultura e identidade, buscando lutar contra a imagem negativa advinda do período da escravidão.

Na tentativa de romper com a representação depreciativa do negro, o Baile do Carmo era realizado nos ambientes frequentados pelas elites araraquarenses com o intuito de reconstruir a imagem do povo negro e marcar a conquista de espaços que antes por eles não

eram frequentados, ou seja, uma manifestação cultural estratégica que buscava romper os paradigmas impostos pelas elites dominantes da época.

No decorrer de nossa pesquisa, percebemos poucos registros sobre a presença dos negros com suas manifestações culturais e atividades, o que dá respaldo para formalizar a ideia de que a história do município é um retrato das vivências e dos pontos de vistas de uma elite dominante que se perpetua no poder. E, nesse sentido, o baile é pensado como evento de valorização do orgulho negro e reconhecimento dessa população na medida em que realça sua identidade.

“Sua realização nos lugares tidos como das elites araraquenses exemplifica uma ressignificação dos espaços por uma conquista dos negros. A possibilidade de ocupá-los representou a oportunidade de apagar as imagens depreciativas a respeito do negro e, mais do que isso, naquele momento eles dominavam aquele espaço, eles subvertiam a ordem imposta pelas elites” (TENÓRIO, 2005, p. 155).

Os chamados “clubes sociais negros” tem sua origem no final do século XIX, antes mesmo da abolição da escravatura. Surgiram como um contraponto da ordem social vigente à época, além de constituírem um local de sociabilidade e de lazer da população negra. Tinham como objetivo angariar fundos para o pagamento da liberdade dos negros escravizados, atuando de forma incisiva na luta contra escravidão e a discriminação racial.

A partir dessa luta, vão surgir diversos movimentos sociais afro-brasileiros. O movimento negro entrou em Araraquara somente no final da década de 1970 com o GANA (Grupo de Artes Negras de Araraquara), que realizaria vários trabalhos e manifestações culturais valorizando a cultura afrodescendente. O município ainda carrega em seu bojo as marcas da escravidão, sinalizando a dificuldade dos negros em ascenderem socialmente: o grande fluxo de capital, as melhores condições econômicas e oportunidades de empregos, além das posições em altos cargos da administração pública ainda são predominantemente da população branca.

Por isso, existem na cidade instituições, programas e projetos visando implementar políticas públicas de cunho racial, tais como: a ONG Fonte, o Conselho Municipal de Combate à Discriminação e ao Racismo, o SOS Racismo, o Centro de Referência Afro Mestre Jorge, além da antiga Assessoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(AEPPIR), atual Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) da Prefeitura Municipal de Araraquara. Entidades estas, que atuam na coordenação de ações de inclusão dos negros nas áreas de educação, saúde, lazer e cultura no município.

Entre as categorias identificadas como propulsoras da resistência cultural negra, existem ONGs e movimentos sociais, o que gera uma certa discussão se um viria para substituir o outro. As ONG's, em geral, são organizações da sociedade, organizadas sob a forma de uma instituição da sociedade civil, que se declara sem fins lucrativos, com o objetivo de apoiar causas coletivas, apresentando como público-alvo os setores carentes financeiramente ou envolvidos em processos de dominação. Já os movimentos sociais são ações sociopolíticas, construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, apresentando as diferenças tênues meramente com relação ao financiamento e a institucionalização.

A história da população negra em Araraquara e no Oeste Paulista, como um todo, não pode deixar de se referir aos clubes negros, bailes e eventos festivos que contribuíram efetivamente para sociabilidade, construção e afirmação identitária da população negra. Os grandes exemplos são o Grupo de Divulgação da Arte e Cultura Negra de Araraquara (GANa) e o Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU).

O GANA foi fundado em 1977 e desenvolvia ações como: trabalhos voltados para o resgate da história do negro com a confecção de boletins entregues à comunidade, peças teatrais que retratavam a situação do negro, atividades em bairros de alta concentração de população negra, participações em debates e encontros da comunidade sempre com muita simplicidade. Ainda sobre mobilizações negras, um dos grandes destaques do município foi a realização do FECONEZU, que teve sua primeira edição em 1978 em Araraquara. Um grande festival que trabalha a cultura afro-brasileira em vários aspectos e, por isso, fundamental para a constituição do movimento negro.

Cabe ainda ressaltar o viés educativo, que busca evitar o desenvolvimento do auto preconceito e da inferiorização do negro perante a sociedade. Graças à luta do movimento negro e dos projetos citados, atualmente, o dia 20 de novembro é feriado da Consciência Negra no município. Os reflexos dessa luta podem ser observados pelo Censo 2010, em que mais pessoas se declararam negras. Vejamos na tabela a seguir alguns projetos desenvolvidos no município nos últimos anos:

TABELA 2: Conquistas recentes da luta do movimento negro em Araraquara

Mês/Ano	Evento/Projeto	Descrição/Objetivos
2011	Ano Internacional dos Afrodescendentes	Ano eleito pelo ONU para ampliar o debate sobre as questões raciais
Setembro de 2011	1º Fórum Estadual de Clubes Sociais Negros do Estado de São Paulo realizado em Araraquara	Com apoio da prefeitura e apresentando o tema: "Políticas públicas, perspectivas e desafios para o século XXI"
Novembro de 2011	Mês da Consciência Negra	O dia 20 de novembro entra no calendário oficial do município como feriado
Julho de 2012	Encontro das Lideranças Negras do Interior Paulista	Busca ampliar as políticas públicas de combate ao racismo na esfera federal
Abril de 2013	Programação na Casa da Cultura Exposição: Consciência Negra	Promoção de debates sobre racismo, valorização, respeito e exercício da cidadania
Mai de 2013	Programação na Câmara Municipal Exposição: História dos Negros em Araraquara	Mostra com fotografias, selos, cédulas, revistas, quadros, desenhos e documentos históricos retratando a data 13 de maio de 1888
Fevereiro de 2014	Entrevista com o sambista Pécio Damázio	Relembra a história das rixas entre negros e brancos, apontando a segregação existente na época dos bailes de carnaval
Julho de 2014	Dia da Mulher Negra	O dia 25 de Julho torna-se oficialmente o dia da mulher negra, homenageando Teresa de Benguela, grande heroína do povo negro

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara. Disponível em: <<http://www.camara-arq.sp.gov.br>>

3.3 – Dados do IBGE: informações socioeconômicas sobre o município de Araraquara

Em 2010, o IBGE realizou o Censo Demográfico¹⁷, 12º na história do país. O censo se constitui no grande retrato em extensão e profundidade da população brasileira e das suas

¹⁷ Os dados da pesquisa são referentes ao **Censo 2010**. Constatamos que há variações nos valores aqui explicitados por conta do aumento populacional dos últimos anos. Os dados estão disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

características socioeconômicas e, ao mesmo tempo, na base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado dos próximos anos. Entre as diversas funções deste, cabe ressaltar que propicia um retrato de corpo inteiro do país com o perfil da população e as características, dizendo “como somos”, “onde estamos” e “como vivemos”.

Uma definição contemporânea do conceito de raça considerada pelo IBGE preconiza a raça como uma categoria socialmente construída ao longo da história, a partir de um ou mais signos ou traços culturalmente destacados entre as características dos indivíduos, ou seja, uma representação simbólica de identidades produzidas desde referentes físicos e culturais.

Uma análise de dados sobre as características da população de Araraquara, por meio do Censo 2010, possibilita entender as condições sociais e econômicas dos negros no município. Como ponto de partida, trazemos as estimativas da população idosa em Araraquara com a separação por cor ou raça buscando demonstrar os índices de expectativa de vida, como pode ser observado pelas tabelas abaixo:

TABELA 3: Pessoas com mais de 60 anos do sexo masculino, separação por cor ou raça

Cor ou raça	60 a 69 anos	70 anos ou mais
Branca	5304	4370
Preta	346	241
Amarela	97	101
Parda	1110	690
Indígena	6	8
Total	6863	5410

Fonte: Dados do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

TABELA 4: Pessoas com mais de 60 anos do sexo feminino, separação por cor ou raça

Cor ou raça	60 a 69 anos	70 anos ou mais
Branca	6558	6987
Preta	473	407
Amarela	129	144
Parda	1258	857
Indígena	8	8
Total	8426	8403

Fonte: Dados do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

A seguir, passamos para uma análise das condições econômicas. Como podemos observar pela TABELA 5, o rendimento mensal das populações preta e parda apresentam menores valores quando comparado a população branca, o que pressupõe condições desfavoráveis de inserção no mercado de trabalho e de acesso a cargos de melhor remuneração. Para certos cargos, geralmente cuja remuneração é maior, o nível de rejeição das pessoas de cor mais escura é bem maior do que em relação aos de raça branca. Essas alegações podem ser comprovadas pelas TABELAS 6 e 7 que indicam a proporção dos indivíduos com rendimento de até 1 salário mínimo e a proporção de indivíduos sem rendimento, respectivamente. Apresentando uma alta quantia de pretos e pardos com baixo rendimento ou até mesmo sem rendimento, ficam evidentes os conflitos de raça no âmbito de mercado de trabalho, em que a cor branca prepondera com os melhores salários e oportunidades de empregos.

TABELA 5: Valor médio do rendimento mensal total, separação por cor ou raça		
Cor ou raça	População residente	Rendimento mensal total
Branca	148.766	R\$ 1.648
Preta	12.667	R\$ 967
Parda	45.155	R\$ 953
Amarela	1.863	R\$ 2.150
Indígena	209	R\$ 1.068
Total	208.660	

Fonte: Dados do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

TABELA 6: Proporção das pessoas com rendimento de até 1 salário mínimo	
homens de 16 anos ou mais	10,3%
mulheres de 16 anos ou mais	20,3%
pessoas brancas de 16 anos ou mais	13,8%
pessoas pretas ou pardas de 16 anos ou mais	20,3%

Fonte: Dados do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

TABELA 7: Proporção das pessoas sem rendimento	
homens de 16 anos ou mais	12,6%
mulheres de 16 anos ou mais	28,0%
pessoas brancas de 16 anos ou mais	20,5%
pessoas pretas ou pardas de 16 anos ou mais	21,5%

Fonte: Dados do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

As últimas análises são sobre os índices de escolaridade. O município de Araraquara em 2010, segundo o Censo, apresentava uma população residente de 208.662 e contava com 187.829 pessoas alfabetizadas. Conforme demonstrado na TABELA 8, os números revelam um índice elevado de pretos e pardos na condição de analfabetos, que são pessoas sem a capacidade de ler ou escrever. Essas pessoas, no geral, permeiam a parcela mais pobre da população araraquarense e apresentam grande dificuldade no mercado de trabalho pois estão relegadas às mais precárias condições estruturais.

TABELA 8: Pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever		
Cor ou raça	nº de pessoas	em porcentagem (%)
Branca	3.180	2,6
Preta	767	7,2
Parda	2.172	6,2
Amarela	31	1,9
Indígena	11	6,2
Total	6.161	24,1

Fonte: Dados do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

Ainda com relação aos índices de escolaridade, trazemos as TABELAS 9 e 10 para validar a argumentação sobre os conflitos e desigualdades que envolvem a questão racial. Os dados apontam resultados de frequência escolar e taxas de abandono do estudo desfavoráveis para pretos e pardos quando em comparação aos brancos, o que sugere uma dificuldade maior no acesso ao ensino por parte das classes menos favorecidas.

TABELA 9: Taxa de frequência escolar líquida (separação cor ou raça/idade)			
Cor ou raça/idade	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
peças brancas	88,7%	74,9%	29,8%
peças pretas ou pardas	85,9%	61,3%	11,9%

Fonte: Dados do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

TABELA 10: Taxa de abandono escolar precoce entre 18 a 24 anos	
peças em geral	21,8%
peças brancas	16,3%
peças pretas ou pardas	34,6%

Fonte: Dados do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>

Os dados apresentados aqui são muito importantes para leituras sobre o município de Araraquara, mas principalmente para pensar o Brasil atual. Como dito anteriormente, graças ao incentivo dos movimentos negros e a promoção de iniciativas inclusivas, um número maior de pessoas veio a se declarar negra em 2010. Pretos e pardos somavam 96,7 milhões de pessoas no último Censo, correspondendo a 50,7% da população. Entretanto, a real situação dos negros no país é problemática e pode ser comprovada estatisticamente, em que apresentam as piores condições econômicas e sociais, o que revela a indignação do movimento negro e o intuito de trazer o tema para a arena pública e para a agenda governamental.

3.4 – Dados da Prefeitura e da Câmara Municipal: setores técnicos do serviço público

Após visitas a Prefeitura e a Câmara Municipal de Araraquara nos anos de 2011 e 2015 (início e término dos estudos contidos neste trabalho), tivemos acesso a alguns dados que são relevantes para a pesquisa, permitindo avaliar a quantidade de negros que trabalham e/ou estão diretamente envolvidos com a política local, traçando um painel da inserção no negro no cenário político. O município de Araraquara, apesar das inúmeras represálias à estabilidade dos negros, apresenta certo contingente de negros em quadros da esfera pública e em demais trabalhos ligados a agenda política, no entanto, tais índices revelam uma densidade muito maior de pessoas brancas nos quadros administrativos.

Situada no interior do Estado de São Paulo, Araraquara foi fundada em 22 de agosto de 1817. Ao longo de sua história, Araraquara nunca apresentou algum prefeito que se declarasse negro e, segundo Alessandra de Cássia Laurindo, liderança negra do município, “a representatividade dos negros ainda é um tabu, apesar de vir aumentando a participação política e os trabalhos em quadros administrativos nos últimos anos”, o que sugere um empenho à promoção da igualdade racial. Segue abaixo a TABELA 11 contendo os resultados sobre os servidores da Prefeitura. A mesma pesquisa solicitada em 2015 não foi correspondida, havendo a justificativa de ser indisponível o acesso a tais informações por conta de um desmanche na antiga coordenadoria que fazia a contagem e a organização dos dados referentes à relação por cor ou raça.

TABELA 11: Servidores da Prefeitura de Araraquara / Ano 2011

Dados de acordo com descrição do Coged: Coordenação Geral de Gestão de Documentos	
Cor ou raça	nº de pessoas
Branca	3697
Preta	232
Amarela	22
Parda	367
Não informada	1193
Total	5511

Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara.

Uma observação interessante com relação a tais dados é o grande contingente de indivíduos cuja descrição sobre cor ou raça não está informado na disposição dos dados, o que pressupõe poucas análises ou até mesmo certo descaso com relação a este quesito, no caso, o grau de participação de cada grupo étnico em cargos da administração pública.

Das visitas realizadas na Câmara Municipal, da mesma forma, pudemos comprovar um déficit na presença dos negros trabalhando nesse espaço. A Coordenadora Executiva Especial de Promoção da Igualdade Racial, Alessandra de Cássia Laurindo, atua juntamente aos órgãos administrativos de Araraquara e vem lutando simultaneamente ao Centro de Referência Afro para incentivar a cultura negra em atividades do município e ampliar a presença da comunidade negra nos cargos administrativos.

Os resultados obtidos na Câmara Municipal nos anos de 2011 e 2015 foram bem detalhados, como é possível perceber pela leitura das TABELAS 12, 13, 14 e 15. Os números comprovam o déficit da presença negra atuando nesse espaço público, havendo grande predomínio de pessoas brancas, logo, sustenta a argumentação sobre a baixa participação dos negros no cenário político.

TABELA 12: Servidores da Câmara Municipal / Ano 2011 (modelo expandido)

Cargo/Função	Efetivo/Comissionado	Raça/ Cor	Quantidade
Secretario	Eleito pelo voto popular	Amarelo	2
Vereador	Eleito pelo voto popular	Branco	10
Vereador	Eleito pelo voto popular	Pardo	3
Vereador	Eleito pelo voto popular	Não Informado	2
Assessor de Gabinete	Funcionário Comissionado	Branco	23
Assessor de Gabinete	Funcionário Comissionado	Preto	3
Assessor de Gabinete	Funcionário Comissionado	Não Informado	3
Assessor de Imprensa	Funcionário Comissionado	Branco	3
Assessor de Imprensa	Funcionário Comissionado	Preto	1
Assessor de Imprensa	Funcionário Comissionado	Não Informado	2
Assessor de Segurança	Funcionário Comissionado	Pardo	1
Assessor Jurídico	Funcionário Comissionado	Não Informado	1
Assessor Jurídico	Funcionário Comissionado	Branco	1
Assessor Legislativo	Funcionário Comissionado	Preto	1
Assessor Legislativo	Funcionário Comissionado	Pardo	1
Assessor Legislativo	Funcionário Comissionado	Branco	11
Chefe de C. T. e Fax	Funcionário Comissionado	Preto	1
Chefe de Comunicação	Funcionário Comissionado	Branco	2
Chefe de E. do Legislativo	Funcionário Comissionado	Branco	1
Chefe de G. da Presidência	Funcionário Comissionado	Preto	1
Chefe de P. Arquivo e Memorial	Funcionário Comissionado	Não Informado	1
Chefe de P. Arquivo e Memorial	Funcionário Comissionado	Amarelo	1
Administrador Geral	Funcionário efetivo	Branco	1
Agente Administrativo	Funcionário efetivo	Branco	12
Agente Administrativo	Funcionário efetivo	Preto	1
Almoxarife	Funcionário efetivo	Amarelo	1
Assessor L. Substituto	Funcionário efetivo	Não Informado	1
Assistente de Plenário	Funcionário efetivo	Branco	2
Assistente de Plenário	Funcionário efetivo	Amarelo	1
Assistente de T. e Finanças	Funcionário efetivo	Preto	1
Chefe de Copa	Funcionário efetivo	Preto	1
Chefe de Patrimônio e Serviços	Funcionário efetivo	Branco	1
Chefe do Setor de Informática	Funcionário efetivo	Branco	1
Chefe do Setor de Transportes	Funcionário efetivo	Amarelo	1
Coordenador de Materiais	Funcionário efetivo	Branco	1
Coordenador de R. Humanos	Funcionário efetivo	Branco	1
Diretor Financeiro	Funcionário efetivo	Branco	1
Diretor Legislativo	Funcionário efetivo	Branco	1
Editor de Áudio e Vídeo	Funcionário efetivo	Amarelo	1
Motorista	Funcionário efetivo	Branco	4
Motorista - padrão 06	Funcionário efetivo	Pardo	1
Motorista - padrão 08	Funcionário efetivo	Branco	1
Procurador Jurídico	Funcionário efetivo	Branco	1

Técnico em Contabilidade	Funcionário efetivo	Branco	1
Técnico em Informática	Funcionário efetivo	Branco	1

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara.

TABELA 13: Servidores da Câmara Municipal / Ano 2011

Cor ou raça	Valor absoluto	em porcentagem (%)
Não Informado	10	8,85
Amarelo	7	6,19
Branco	80	70,8
Pardo	6	5,31
Preto	10	8,85
Funcionários e Vereadores	113	100

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara.

Passamos agora para a observação dos dados referentes ao ano de 2015, em que concluímos nossas análises para este trabalho sobre a presença negra atuando nos órgãos administrativos.

TABELA 14: Servidores da Câmara Municipal / Ano 2015 (modelo expandido)

Cargo/Função	Efetivo/Comissionado	Raça/cor	Quantidade
Vereador	Eleito pelo voto popular	Amarelo	1
Vereador	Eleito pelo voto popular	Branco	14
Vereador	Eleito pelo voto popular	Pardo	3
Assessor de Comunicação	Funcionário comissionado	Branco	2
Assessor de Gabinete	Funcionário comissionado	Amarelo	1
Assessor de Gabinete	Funcionário comissionado	Branco	24
Assessor de Gabinete	Funcionário comissionado	Preto	3
Assessor de Gabinete	Funcionário comissionado	Pardo	7
Assessor de Gabinete Substituto	Funcionário comissionado	Branco	2
Assessor de Imprensa	Funcionário comissionado	Branco	6
Assessor de Imprensa	Funcionário comissionado	Preto	1
Assessor Legislativo	Funcionário comissionado	Branco	17
Assessor Legislativo	Funcionário comissionado	Pardo	1
Diretor Acadêmico	Funcionário comissionado	Branco	1
Agente Administrativo	Funcionário efetivo	Amarelo	1
Agente Administrativo	Funcionário efetivo	Branco	15
Almoxarife	Funcionário efetivo	Amarelo	1
Assistente de Plenário	Funcionário efetivo	Branco	2
Assistente de Tesouraria e Finanças	Funcionário efetivo	Preto	1
Assistente Técnico Legislativo	Funcionário efetivo	Branco	2

Chefe de Copa	Funcionário efetivo	Preto	1
Chefe de Patrimônio e Serviços	Funcionário efetivo	Branco	1
Chefe de Secretaria do Legislativo	Funcionário efetivo	Amarelo	1
Chefe do Setor de Informática	Funcionário efetivo	Branco	1
Chefe do Setor de Transportes	Funcionário efetivo	Branco	1
Coordenador de Materiais	Funcionário efetivo	Branco	1
Coordenador de Recursos Humanos	Funcionário efetivo	Branco	1
Diretor do Memorial da Câmara Municipal	Funcionário efetivo	Branco	1
Diretor Executivo	Funcionário efetivo	Amarelo	1
Diretor Financeiro	Funcionário efetivo	Branco	1
Diretor Geral	Funcionário efetivo	Branco	1
Diretor Legislativo	Funcionário efetivo	Branco	1
Motorista	Funcionário efetivo	Branco	6
Motorista	Funcionário efetivo	Pardo	1
Procurador Jurídico	Funcionário efetivo	Branco	1
Produtor Audiovisual	Funcionário efetivo	Amarelo	2
Técnico em Contabilidade	Funcionário efetivo	Branco	1
Técnico em Informática	Funcionário efetivo	Branco	1
Tesoureiro	Funcionário efetivo	Branco	1

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara.

TABELA 15: Servidores da Câmara Municipal / Ano 2015		
Cor ou raça	Valor absoluto	em porcentagem (%)
Amarelo	8	6,15
Branco	104	80
Pardo	12	9,23
Preto	6	4,62
Funcionários e Vereadores	130	100

Fonte: Câmara Municipal de Araraquara.

Constatamos com as pesquisas que o menor porcentual em termos de participação na Câmara Municipal – assim como já havíamos visualizado nas projeções da Prefeitura – pertence à comunidade negra, logo, há a necessidade em realçar os problemas que os negros apresentam para se firmar no cenário político e assim, buscar saídas para essa condição inferior, marcada por preconceitos e falta de oportunidades.

CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Explicar a questão racial no Brasil não é tarefa fácil, já que remete a todo o processo de formação do negro enquanto raça no país, trazendo sua cultura, costumes e identidade. Na atualidade, permeando o debate estão as políticas públicas de inclusão social cuja lei de cotas, por exemplo, é criada buscando a superação das desigualdades, como uma política na forma de ação afirmativa.

Nesta pesquisa, para compreender o processo de inserção dos negros, trabalhamos com o Município de Araraquara, que no decorrer de seus 197 anos apresentou casos de coronelismo, clientelismo e exclusão participativa enquanto práticas de uma elite dominante na qual os negros praticamente não participam.

Com o apontamento das questões que levam a tal divisão de classes, entramos na discussão quanto às condições de inserção dos negros nos quadros políticos, pressupondo que estes, por serem vítimas de preconceitos de cunho racial apresentam dificuldade em alcançar bons cargos dentro da administração pública. O próprio governo atual vem reconhecendo as desigualdades socioeconômicas entre os brasileiros e, por isso, estão em curso as políticas afirmativas no intuito de ampliar a inclusão social, dirimindo as diferenças e estabelecendo oportunidades mais igualitárias.

Segundo o IBASE¹⁸, entendemos as ações afirmativas como “o conjunto de ações privadas e/ou políticas públicas que tem como objetivo reparar os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas pertencentes a diversos grupos sociais às mais diferentes oportunidades” (IBASE, 2008). Sendo assim, buscariam promover oportunidades ou outros benefícios para pessoas pertencentes a grupos específicos, alvo de discriminação. Tais ações têm como objetivo garantir o acesso a recursos, visando remediar uma situação de desigualdade considerada socialmente indesejável e por isso, vem sendo introduzidas em muitas instituições como forma de compensar os males causados pela discriminação.

¹⁸ **IBASE** é o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Foi criado em 1981, sem fins lucrativos e tem como bandeiras o fortalecimento da cidadania ativa, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade. Uma ferramenta da democracia.

4.1 – O “*apartheid*” social brasileiro

O racismo no Brasil apresenta-se como um grande problema e que pode ser comprovado ao fazer uma análise sobre a influência da raça na qualidade de vida dos cidadãos. O Censo 2010 constatou que dos 16 milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza, 4,2 milhões são brancos e 11,5 milhões são pardos e pretos. Os resultados são visíveis ao comparar o rendimento salarial entre raças. Em Araraquara, por exemplo, o rendimento médio mensal de um branco é R\$ 1.648, enquanto que para um negro é R\$ 967.

Quando olhamos as pesquisas realizadas pelo PNAD¹⁹, podemos ter clareza sobre essas diferenças entre raças. Em 2010, 47,7% da população era branca e 50,7% era preta ou parda, no entanto, dos 10 brasileiros mais ricos nenhum é negro. No Brasil, ser rico é quase sinônimo de ser branco. E ainda por cima, as chances de ser pobre, encarcerado e morto são muito maiores para a população negra, ou seja, as coletas de dados feitas por institutos autorizados apontam a defasagem social dos negros em relação aos brancos.

Para descrever diversos aspectos da desigualdade tem sido usado o termo *apartheid social*, fazendo um paralelo com a separação entre brancos e negros na sociedade sul-africana, quando imperava o regime de *apartheid*²⁰. Até mesmo as elites brasileiras vêm reconhecendo tais desigualdades e disparidades econômicas que são consequências desse fenômeno.

Mesmo representando mais de 50% da população brasileira, os negros e pardos são minoria no Congresso Nacional, representando menos de 10% do total de deputados federais nas eleições de 2010. Segundo a pesquisa do Censo 2010, dos 513 deputados federais, somente 43 se reconhecem como negros e dos 81 senadores, apenas dois são negros ou pardos. Não é uma surpresa, haja vista o fato de que o salário de um homem branco no Brasil

¹⁹ **PNAD** (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) - é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos sobre aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>

²⁰ O termo “**apartheid**” se refere a uma política racial implantada na África do Sul entre os anos 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional. De acordo com esse regime, a minoria branca, os únicos com direito a voto, detinha todo poder político e econômico no país, enquanto à imensa maioria negra restava a obrigação de obedecer rigorosamente à legislação separatista. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/apartheid.htm>>

é, em média, 46% superior em relação ao de um homem negro, o que também pode ser explicado pela diferença de educação entre esses dois grupos. Grande parte da elite política e econômica brasileira acredita que o país tenha alcançado o sucesso econômico e o fracasso social. As desigualdades são um modo de *apartheid social*, assim como diz o ex-governador do DF, Cristovam Buarque: "o Brasil é um país dividido, que abriga a maior concentração de renda do mundo e um modelo de *apartheid*: o *apartheid social brasileiro*."

A pesquisa tem uma proposta original no que se refere às práticas que a elite política dominante faz uso para se perpetuar no poder dificultando o acesso da população negra aos cargos da administração pública. A partir deste apontamento, há uma tentativa em responder o porquê dos negros apresentarem dificuldades de inserção em tais cargos e como se efetiva a ascensão social e política dos negros no país da democracia racial.

O movimento social negro, numa luta frente ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, logrou resultados no Congresso e entre os demais poderes da República no debate sobre a existência de discriminações raciais contra os negros, tentando alegar que por conta da discrepante desigualdade de condições, as oportunidades não seriam as mesmas.

Se partirmos do princípio que o ensino superior é uma via fundamental para a mobilidade social, faz-se necessária a construção de uma sociedade democrática na busca de mudanças estruturais no processo educacional, possibilitando assim, a reorganização das relações de poder e as diretrizes para a mudança social.

Na proposição de inclusão social, o sistema de cotas é uma alternativa, dando oportunidades aos grupos que estão à margem da sociedade. Por meio da busca pela criação das cotas nas universidades públicas, foi possível criar um espaço de discussão com vários setores da sociedade e promover uma reforma no ensino superior, como podemos perceber pela duplicação do número de universitários no país nos últimos anos. A justificativa para o sistema de cotas é a mesma hipótese apontada no decorrer desta pesquisa, de que os negros ao longo do processo histórico têm sua raça marginalizada, com um estigma social depreciativo, e nesse sentido, apresentam maior dificuldade com relação as oportunidades que surgem no mercado de trabalho, assim como são vítimas de discriminações em suas interações com a sociedade.

As cotas raciais são a reserva de vagas em instituições públicas ou privadas para grupos específicos classificados por etnia. Surgiu nos Estados Unidos na década de 1960

como uma política de ação afirmativa, revertendo a condição racista da época e emplacando uma vertente de inclusão social.

No Brasil, o sistema de cotas é algo recente, já que há muitas discussões sobre a eficácia de tal sistema e sobre quem deveriam ser os reais beneficiados. Existe muita polêmica sobre as cotas nas universidades, sobre as cotas em concursos públicos e o governo atual da presidente Dilma Rousseff vem ampliando a arena de debates com novas propostas enfatizando uma política inclusiva, o que condiciona muitos críticos a alegarem que a distinção de etnias por lei estaria agravando o racismo já existente. Além disso, a grande controvérsia sobre as cotas de cunho racial reside na definição de quem teria direito a tais políticas, ou seja, como fazer a classificação por cor e/ou raça e até que ponto não aguçaria uma rivalidade entre uma raça que por tal concepção poderia colocar-se como sendo superior.

A partir dos anos 1970, uma verdadeira agenda negra composta por demandas sociais de movimentos negros passou a ser estruturada em conformidade com as liberdades civis e os direitos humanos. Graças a tal ativismo, tivemos reflexos positivos na promulgação da Constituição em 1988: os atos de racismo passam a ser criminalizados e a criação da Fundação Palmares passa a ampliar as reivindicações no combate às desigualdades sociais.

No início do século XXI, o Brasil passa a trabalhar com a perspectiva de democratização do acesso ao ensino universitário, iniciando assim, a adoção do sistema de cotas. O reconhecimento oficial das demandas propostas por maior inclusão social e representação dos negros foi dado somente em 2004 quando o Ministério da Educação passou a garantir cotas para alunos egressos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas através do Programa Universidade Para Todos (Prouni). Esse mesmo programa, ao oferecer bolsa de estudo para estudantes pobres, ampliou o acesso ao ensino superior e passou a atuar em conjunto com a seleção vestibular que leva em consideração a raça ou a cor dos candidatos.

Os avanços do movimento social negro nas últimas décadas foram importantes tanto para a criação de cotas nas universidades quanto para a aliança entre demais setores da sociedade, sendo que o número de universitários no país ampliou exponencialmente com a melhoria das condições de acesso. No limite, existe a crítica incisiva sobre a inclusão social alegando que negros de classe média não seriam beneficiados, o que ofusca o critério racial como fundamento do sistema de cotas, dada a instituição do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 e a Lei nº 12.711/2012, mais conhecida como a Lei de Cotas, sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

As discussões com relação ao aumento do número de estudantes e sobre a questão racial crescem dentro da universidade por conta da inclusão do sistema de cotas, ampliando a problemática, assim como as análises entre os próprios estudantes. Atualmente, nas universidades são discutidos quais os benefícios e/ou malefícios das ações afirmativas, já que se introduz o debate sobre a necessidade em compor a classe dos estudantes com negros e mestiços, findando com o tradicional cunho elitista e branco dentro dos espaços acadêmicos e de ensino superior.

No “Portal do Mec²¹”, está bem explicado como funciona o sistema de distribuição de cotas nas universidades: “As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas – metade para estudante de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Tais procedimentos de inclusão social são canais para ascensão social e política dos negros e o grande questionamento é até quando essas medidas deveriam perdurar haja vista o caráter transitório para tais leis que segregam raças, ou seja, a partir do momento que a diferença socioeconômica esteja sanada, a lei de cotas já não seria mais necessária. Novas políticas inclusivas para instituições, concursos e outros setores estão sendo cogitadas e serão pautas de debates para avaliações futuras.

²¹ O **Ministério da Educação (MEC)** é um órgão do governo federal do Brasil fundado no decreto n.º 19.402, em 14 de novembro de 1930, na época de Getúlio Vargas. Ao longo de décadas, sofreu modificações quanto às suas competências, mas manteve a política nacional de educação dentre seus principais objetivos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto procurou evidenciar a formação social do povo, demonstrando todo o processo histórico de constituição das elites e abordando características singulares do país cuja miscigenação é uma das mais significativas do mundo. Fazemos um resgate histórico desde a época do Brasil Colonial até os dias atuais, onde claramente damos ênfase à figura do negro, alegando os conflitos raciais como intrínsecos a nossa história.

Nossa pesquisa, em certa medida, pode aparentar pouca centralidade, principalmente pelo fato de abordarmos um longo período histórico. Entretanto, como já aduzido no desenvolvimento do texto, é essa a proposta de estudo, tendo como objetivo central relatar as práticas que dificultam a ascensão social e política da população negra. Para tanto, remontamos um longo trecho da história visando captar as origens da formação de uma elite dominante e do estigma do negro enquanto raça inferior. Mesmo que nos dias atuais não seja essa a premissa, o preconceito ainda é praticado de uma forma velada e não é reconhecido.

O destaque dado aos anos finais do século XIX não é por acaso. Com a abolição da escravatura em 1888 e posteriormente, com a consolidação da República, a situação do negro se coloca de uma maneira nova: sua condição agora é de homem livre, com possibilidade de ascensão e de legal melhoria de vida. Porém, como foi percebida, essa condição não alcançou os níveis desejados de estabilidade e nem emancipou a real condição negra nesse país.

De fato, o Estado desde abolição da escravatura continuou a legitimar a dominação branca perante as outras raças e etnias, via não planejamento e estruturação de condições que viessem a integrar e equiparar as condições sociais dos negros, possibilitando a esses a entrada no cenário da política brasileira.

Com o debate acerca de como se estruturou as elites dominantes no Brasil, trazendo as causas das dificuldades de ascensão social dos negros, podemos explicar por que existe uma baixa quantidade de negros atuando em esferas públicas, participando de atividades ligadas a política ou até mesmo concorrendo em eleições diretas.

O desenvolvimento desta pesquisa reside, fundamentalmente, em comprovar que por conta de práticas de uma elite dominante para se perpetuar no poder, até mesmo usando de corrupção e fraudes em certos casos, a participação política das camadas populares é

dificultada e, nesse sentido, a presença do negro é marcante não só por representar grande parcela da população atual, mas também por conta do preconceito velado que envolve a questão racial.

Para discutir o problema do negro no Brasil, existe uma farta literatura que revela a sua condição de classe e o preconceito envolvendo a raça. A pesquisa traz os elementos chave para a compreensão de como se instituiu esse processo discriminatório, que vai muito além do racismo embasado na superioridade entre raças. Quando retomamos as ideias de “apego a personalidade” e o “homem cordial” de Sérgio Buarque, o objetivo é apontar a dificuldade que o brasileiro tem em sentir-se como um ser político, alguém que tenha responsabilidade política enquanto cidadão.

Dessa alegação, evidenciamos que a concepção de Estado paternalista está embutida no ideário brasileiro, logo, as camadas populares não se sentem aptas ao processo político e, por isso, o que resta à população é apenas um desprestígio ao aparato burocrático, na qual a crítica ao sistema acaba sendo a única forma de participação da população, haja vista a ineficiência do regime democrático brasileiro. Pensar o cenário político parece algo muito distante, sendo que, todos esses fatores são frutos de uma herança de dominação que consubstanciou a passividade política frente ao estamento da classe elitizada.

Por meio desses apontamentos, conseguimos tomar ciência do porquê existe desigualdade no Brasil. Uma parcela restrita da população detém a grande parte do capital e dos recursos materiais e humanos, sugerindo que a maioria populacional é utilizada como massa de manobra, sendo refém de um sistema que subjuga as classes subalternas que não conseguem romper essa barreira de classe. Para os negros então, essa ascensão em termos políticos e econômicos é ainda muito mais difícil e foi o que tentamos demonstrar ao longo da pesquisa.

Fazendo a retomada do processo imigratório que se sucedeu no Brasil, constata-se a preferência pela mão-de-obra europeia, sobretudo branca. Ainda que sendo manipulado por uma oligarquia tradicionalista, o trabalhador branco sempre teve melhores oportunidades em relação ao negro. À margem da sociedade, vítima de um passado que carrega as marcas da escravidão, estereotipado como raça inferior e com as piores condições de vida, o negro sempre esteve em condição desigual no Brasil, apesar das várias tentativas em se instaurar a ideologia da democracia racial. A meta seria, nesse sentido, criar uma imagem positiva da relação entre raças.

Muitos sociólogos vão desmistificar tal proposição apresentando fatos que atestam as desigualdades de raças, comprovando que a crença na democracia racial não coincide com a realidade e pode ser rebatida através de análises comparativas separando as pessoas por cor. Os estudos desenvolvidos sobre o tema e as atividades do movimento negro são os grandes responsáveis pela ampliação das políticas públicas de cunho racial.

É importante salientar que as políticas implantadas no intuito de inclusão social, por exemplo, a lei de cotas, vem no propósito de combater o preconceito na sociedade e reforçar a identidade das raças. Contudo, é preciso comprovar a eficácia desses procedimentos que ainda estão em andamento e esperam por resultados positivos enquanto ação afirmativa de medida temporária que tem por objetivo remediar a desigualdade historicamente acumulada.

As temáticas abordadas durante todo o trabalho foram trazidas para o âmbito local, em que fizemos uma análise sobre o município de Araraquara. A incisiva preocupação com o período da República Velha é justificada pelas várias transformações que a cidade vivencia no período, não só por conta da política dos coronéis e pelo início do trabalho assalariado, mas principalmente pelo caso de coronelismo que ficou conhecido como o “Linchamento dos Britos” e também, pela aparição histórica do “Baile do Carmo” enquanto evento tradicional no município.

Esses acontecimentos históricos apresentam vários elementos que são pressupostos do nosso trabalho. O “Linchamento dos Britos” remonta toda a carga de uma estrutura de dominação na qual o coronelismo prepondera enquanto fenômeno social e político típico da Primeira República. Apresentando em sua configuração as bases para a manutenção de uma poderosa elite local, de cunho tradicionalista.

Em outra frente, o “Baile do Carmo” representa a libertação dos negros. O baile que começou como uma simples reunião dos negros da região, atualmente é um dos paradigmas da organização social do movimento negro, atraindo público de todo o Estado. Trazemos o contexto do baile, procurando tornar evidente a luta do movimento negro. A própria auto identificação como negro é um processo. Em muitas pesquisas demográficas as pessoas negras não se declaram enquanto tal. A partir da luta dos movimentos sociais, as bandeiras da ressignificação cultural e a ênfase na identidade negra são levantadas.

Para compreender algumas discussões e critérios metodológicos ao redor do problema negro, utilizamos o município de Araraquara, que apresenta grande parte da população preta e

parda e condescendeu com casos de coronelismo, clientelismo e exclusão participativa, demonstrando que as melhores condições econômicas e oportunidades de empregos, além das posições em altos cargos da administração pública são pertencentes à população branca.

Sendo assim, ao apontar os dados referentes ao último Censo e as conquistas do movimento negro no município, podemos comprovar que os negros apresentam piores condições e menos benefícios do que os brancos, além disso, concluímos que a luta dos movimentos sociais é importantíssima no que tange a melhoria da qualidade de vida para esses indivíduos. Cabe realçar ainda, as políticas de inclusão social enquanto práticas de maior adesão dos negros em espaços que antes apresentavam participação irrisória. Essas políticas são assuntos da arena política atual, vis-à-vis seu caráter afirmativo e temporário, o que vem a ser objeto de estudo para novas pesquisas sobre sua real eficácia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; CARNEIRO, Leandro Piquet. *Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil*. Opinião Pública, v. 9, n. 1, Campinas, maio/2003, p. 21-42.

ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Pallus, Coleção Nossa Literatura, 2002.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. Disponível em: <<http://www.camara-arq.sp.gov.br>>.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 16ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1965.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 289-321.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943. 2v.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. Revista Novos Estudos. Cebrap. nº 43, novembro/1995, p. 26-44

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1976.

IANNI, Octávio. *O Ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes. 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/>>.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____. *Descentralização, processo decisório e políticas locais*. Revista Estudo de Sociologia, Araraquara, nº 16, p. 151-163, 2004.

_____. *Federalismo, descentralização e democracia*. Estudos de Sociologia, n. 10, ano 6, 1º semestre de 2001, p. 51-62.

_____. *As Câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local*. Opinião pública, Campinas, Vol. XI, nº 2, outubro de 2005.

_____. *Legislativo Municipal, Organização Partidária e Coligações Partidárias*. Texto apresentado no XXXII Encontro Nacional da ANPOCS, GT 21: Estudos Legislativos, Caxambu, 2008.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LESSA, Renato. *A Invenção da República no Brasil: da Aventura à Rotina*. In: Maria Alice Rezende de Carvalho. (Org.). *República no Catete*. 1 ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, v. 1, p. 11-58.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <portal.mec.gov.br>.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília, DF; ENAP, 1997.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Edição brasileira (1º): Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1986.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

SOUZA, Jessé. *(Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"*. Lua Nova, n.59, São Paulo, 2003.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990, Cap. 5.

TATAGIBA, Luciana. *Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil*. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TENÓRIO, Valquíria Pereira. *Uma interpretação do Baile do Carmo: memória, sociabilidade e identidade étnico-racial em Araraquara*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2005.

TELAROLLI, Rodolpho. *Poder local na República Velha*. São Paulo: Editora Nacional (Brasiliense, v. 364), 1977.

TOLEDO, Rodrigo. *O desenvolvimento sustentável na formulação de políticas públicas e sua proposta de gestão cidadã em Araraquara no período 2001-2004* / Rodrigo Alberto Toledo. – 2006 .

VIANA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983, p. 93-105.